

ECONOMISTAS

Caderno Especial de Economia Solidária (2ª edição)



Uma alternativa contra a exclusão e a miséria, com implicações em vários campos das ciências econômicas



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br

EXPEDIENTE

Presidente: Paulo Dantas da Costa
Vice-presidente: Eduardo Rodrigues da Silva

Conselheiros efetivos:

Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Flávia Vinhaes Santos
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
Gilson de Lima Garófalo
Gustavo Casseb Pessoti
Josélia Souza de Brito
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

**Grupo de trabalho
Responsabilidade Social e
Economia Solidária:**

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
(Coordenadora)
Maria de Fátima Miranda
(Vice-coordenadora)
Anderson Carlos Nogueira Oriente
Antonio Fernando Gomes Alves
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr
Cidoval Moraes de Sousa
Denise Kassama Franco do Amaral
Manuela Salau Brasil
Marcela Vieira Gonçalves
Marcelo Gomes Justo
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Tania Cristina Teixeira

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

15 de dezembro

dia da
Economia Solidária



Sumário

Editorial Paulo Dantas da Costa	5	As cooperativas de catadores e a cadeia da reciclagem no Brasil Clician do Couto Oliveira e Dione Conceição de Oliveira	33
Economia solidária e decolonialidade Marco Aurélio M. B. de Oliveira Filho	6	Como fazer para que a economia solidária possa entrar nas escolas de economia? Renato Dagnino	41
Economia solidária como movimento internacional Alexandre Lucchesi, Antônio Souza, Henrique Pavan, William Retamiro e Lucas Ferreira	11	Colaboração: um mundo de oportunidades Ladislau Dowbor	48
Desumanidades induzidas Marcus Eduardo de Oliveira	18	Prêmio Paul Singer: conheça os projetos participantes Manoel Castanho	54
Economia solidária no Brasil: perspectivas e desafios Edinara Lúcia de Araujo	22		
O Enlaces como ferramenta na divulgação e promoção da economia solidária Irisma de Oliveira, Matheus Barboza e Vanderson Carneiro	28		



Editorial

É com grande satisfação que trago a segunda edição do Caderno Especial da Economia Solidária, um espaço dedicado à disseminação de conhecimentos, reflexões e experiências que moldam o cenário da economia solidária no Brasil e no mundo. Neste ano, mais uma vez, temos a honra de explorar temas de grande relevância, desde a relação entre Economia Solidária e Decolonialidade até o papel fundamental dos catadores na cadeia de reciclagem.

Os artigos apresentados são um convite para a análise profunda das interseções entre a Economia Solidária e a busca por uma economia mais inclusiva, justa e até mesmo descolonizada. Afinal, ao compreendermos as raízes históricas e as estruturas de poder subjacentes, podemos fortalecer ainda mais os alicerces de uma economia solidária verdadeiramente transformadora.

Outro ponto relevante abordado na publicação é a urgência no combate, por meio da transformação e da inclusão, à aversão aos pobres, conhecida como aporofobia. Essa batalha, centrada na transformação e inclusão, está nas mãos dos tomadores de decisões econômicas, detentores de ferramentas capazes de elaborar propostas para diminuir a miséria e a carência.

O Caderno Especial também reserva espaço significativo para explorar a vitalidade da Economia Solidária na prática, com destaque especial para iniciativas inscritas no Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Que as reflexões aqui contidas sirvam como catalisadoras para transformações positivas em nossas práticas e perspectivas econômicas.

Boa leitura.



Paulo Dantas da Costa **Presidente do Cofecon**

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014 e 2015 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

Economia solidária e decolonialidade

Por Marco Aurélio M. B. de Oliveira Filho



A economia solidária, concebida como uma estratégia de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para produção e reprodução ampliada da vida, surge num contexto de acirramento das políticas neoliberais em meados da década de 1990. A criação de empreendimentos coletivos autogestionários por trabalhadores e trabalhadoras, muitos deles contando com o apoio de um número variado de entidades de apoio e fomento – oriundos de universidades, sindicatos, entidades religiosas, movimentos sociais, dentre outras –, foi uma das alternativas encontradas para procurar garantir condições de trabalho e de vida digna a um grande número de pessoas que já não conseguiam encontrar opções, mesmo que precárias, num cenário de desemprego em massa e enfraquecimento das políticas sociais.

No entanto, além de constituir uma possibilidade para obtenção de trabalho e renda para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, o movimento de economia solidária pretende ser um modelo alternativo ao capitalismo, uma vez que busca contrapor os princípios e valores que alicerçam a economia capitalista (como a propriedade privada, a forma hierárquica tomada das decisões, a competição, etc.) a outros substancialmente antagônicos. Ao considerar que toda atividade econômica pode, em princípio, ser organizada de acordo com os pressupostos da economia solidária, Paul Singer (2002) acredita no seu potencial para substituir o capitalismo como principal sistema de produção social.

É importante destacar que para a superação do sistema capitalista é necessário



que a construção de um projeto emancipatório tenha como objetivo não apenas a substituição das bases pelas quais as atividades econômicas são organizadas, mas também busque refundar toda a estrutura epistêmica que o sustenta. Assim, a construção de um modelo de organização social alternativo com potencial para alcançar hegemonia na sociedade passa, necessariamente, por uma análise crítica de toda a matriz cultural dominante e sua reestruturação a partir de uma perspectiva decolonial, resgatando outras epistemes sufocadas pelo excludente e universalista padrão colonial do poder, que, conforme conceituado por Aníbal Quijano (2000), foi formado no âmbito do paradigma da modernidade e associado com o advento da racionalidade instrumental e do capitalismo.

A modernidade teve início com a chegada dos europeus no continente americano a partir de 1492. Junto ao “pacote” da modernidade veio uma determinada forma de pensar, definida como racional, bem como um sentido de história vinculado à ideia de progresso que, por sua vez, parte de uma perspectiva de tempo linear, no qual os modos de vida considerados “atrasados” – quando postos em relação ao modelo europeu, tido como “tipo ideal” e mais avançado – deveriam seguir o mesmo caminho para poder se “desenvolver”, além de, entre outras coisas, definir alguns paradigmas e formas de atuação de uma série de instituições que regem as sociedades atuais, tais como: Estado moderno ligado à

ideia de nacionalidade; exércitos e polícia; direito moderno; mercado; etc.

Ou seja, a modernidade configura uma episteme que confere significado ao mundo, cria uma determinada forma de pensar que se pretende única e universal, o que acaba gerando a negação de toda a diversidade existente no planeta, invisibilizando e colocando em posição de inferioridade toda cultura que não compartilha necessariamente das mesmas visões de mundo, como é o caso dos povos originários do continente americano. Essa forma “racional” de viver, de organizar as atividades econômicas, as relações entre as pessoas e dessas com a natureza, é o pressuposto que conforma o sistema capitalista.

A modernidade só pode ser pensada em coexistência e simultaneidade com a colonialidade, na medida em que a identificação com o que seria considerado como “moderno” e “civilizado” se afirma a partir da categorização da colônia como “bárbara” e “atrasada”. A colonialidade é conformada no seio do colonialismo e persiste a este como forma de controle e dominação quando as bases que o sustentavam já não conseguem ser mantidas.

Colonialidade e modernidade, portanto, instalam-se associadas como processos constitutivos do específico padrão de poder do capitalismo até os dias de hoje. De acordo com Quijano (in SANTOS; MENESES, 2010), as relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo



Além de constituir uma possibilidade para obtenção de trabalho e renda para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, o movimento de economia solidária pretende ser um modelo alternativo ao capitalismo, uma vez que busca contrapor os princípios e valores que alicerçam a economia capitalista."



e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações de dominação.

Partir de uma perspectiva decolonial significa assumir a crítica ao modelo capitalista e estar ciente de que as raízes que o sustentam são mais profundas, quer dizer, não encontram-se tão somente na dimensão das relações econômicas, mas em toda a razão epistêmica que conforma as estruturas lógico-cognitivas dos seres humanos, os valores e princípios que orientam as ações, que conformam os desejos e as maneiras de ser e estar no mundo, tanto quanto as bases das instituições presentes nas sociedades modernas. Deve-se, portanto, partir dessa crítica, mas o caminho a seguir não é dado a priori; ele deve ser construído de acordo com cada realidade – com base na própria história e com as condições materiais onde os sujeitos estão inseridos.

A opção decolonial mostra que é possível viver de outra forma, seguir caminhos diferentes e pensar de outro jeito do que aquele imposto pela modernidade. É, portanto, uma opção em construção permanente: cada um e cada uma, de forma comunitária e autônoma, torna-se responsável pelo seu próprio caminho. A opção decolonial não busca pelo universal (tal qual a lógica da modernidade), ou seja, alcançar uma solução que sirva para todo o mundo, mas defende que a pluriversidade seja um projeto universal.

Para que a economia solidária se configure como uma alternativa real ao capitalismo e não apenas uma opção reformadora (ou uma espécie de “colchão” que ajuda a amortecer suas crises), é fundamental que desenvolvam condições para que estabeleça uma ruptura epistêmica. Para tanto, necessita aprofundar sua perspectiva crítica, tanto em relação ao sistema capitalista quanto em relação ao Estado – do qual o movimento adquiriu certo grau de dependência para conseguir se organizar –, questionar a linearidade imposta pela modernidade e buscar traçar seu próprio caminho.

E para que se possa avançar neste sentido, um dos temas diz respeito à crítica de posições que promovem um automatismo entre a crise capitalista e o nascimento da economia solidária como consequência natural da luta dos trabalhadores. Este ponto foi destacado por Wellen (2012) em sua crítica à economia solidária, que defende a necessidade de problematizar a afirmação de que a economia solidária representa um projeto de resistência dos trabalhadores contra o capitalismo.

Ainda que a economia solidária tenha surgido neste contexto de crise, é importante levar em consideração a ponderação de Wellen, pois seu surgimento não reflete necessariamente uma situação de enfrentamento que carrega o “gérmen” de uma alternativa radical ao capitalismo, podendo ser tão somente uma forma de garantir trabalho e renda para parcelas

populacionais excluídas do mercado de trabalho formal, o que, em certo sentido, auxilia o sistema na superação da crise. As cooperativas foram criadas, num contexto histórico e social específico, como elo na luta da classe trabalhadora contra os imperativos do capital. Sua experiência foi posteriormente difundida para outros locais, sendo inclusive utilizada a serviço das classes dominantes para favorecer a reprodução ampliada do capital ao mesmo tempo em que promovia a desmobilização e desorganização dos/as trabalhadores/as – como é o caso das “coopergatos”, por exemplo.

Essas iniciativas ainda necessitam do mercado capitalista para sobreviver, o que acaba representando uma contradição concreta no interior dos empreendimentos autogestionários. Para que esta contradição possa ser superada deve-se, primeiro, reconhecê-la, e segundo, criar as condições necessárias para que seja permanentemente combatida; e, para tanto, o ambiente no qual essas experiências estão inseridas necessita negar a matriz epistêmica que conforma o sistema capitalista.

Outro ponto importante diz respeito ao histórico de lutas comumente reivindicado pelo movimento. Aqui, parte-se da perspectiva de que a economia solidária não deva abrir mão do histórico tal qual foi conceituado por Singer (1998; 2002), oriundo do movimento cooperativista europeu, mas deve, sim, resgatar e enfatizar sua própria história, i. e., as formas organizativas que existiam antes da chegada dos colonizadores europeus e aquelas que foram sendo constituídas como forma de resistência – como a construção dos quilombos, por exemplo. Esta não é uma tarefa inexistente no campo teórico da economia solidária, pois pode-se encontrar algumas tentativas de resgatar essa história e incluí-las no seu bojo – como é o caso do trabalho desenvolvido por Cláudio Nascimento –, mas esta ainda é uma perspectiva transversal, que necessita ser incluída, no mínimo, no mesmo pé de igualdade do histórico associado ao movimento europeu.

Dessa forma, muitas experiências que não fazem parte da realidade brasileira ou sequer latino-americana são tidas como exemplares, como é o caso da cooperativa de Roch-

dale, criada em 1844 na Inglaterra, considerada uma das principais referências históricas pelo movimento. Há, do mesmo modo, um esforço constante de conectar automaticamente as iniciativas de economia solidária com diferentes experiências histórica e espacialmente distantes, tomando como foco algumas características mais elementares, sem, contudo, compreendê-las dentro da totalidade social na qual estão imersas.

Outras iniciativas contemporâneas, como Mondragón na Espanha ou os Kibutzim em Israel, são constantemente relacionadas ao mesmo movimento e processo histórico. Existe uma tentativa insistente de buscar aproximar dentro da mesma categoria experiências de outros países,



Essas iniciativas ainda necessitam do mercado capitalista para sobreviver, o que acaba representando uma contradição concreta no interior dos empreendimentos autogestionários.

Para que esta contradição possa ser superada deve-se, primeiro, reconhecê-la, e segundo, criar as condições necessárias para que seja permanentemente combatida"

como as sociedades cooperativas e mutualistas europeias – onde costuma-se dizer que lá a economia solidária é chamada de “economia social” –, que, no entanto, não são a mesma coisa. Cada qual tem a sua própria história; há características semelhantes, por suposto, mas os sujeitos envolvidos e as realidades materiais onde estão inseridas são diferentes. E, nesse sentido, a experiência da colonialidade, por exemplo, é fundamental para estabelecer distintos níveis de comparação.

É preciso descolonizar a economia solidária, tanto em relação às suas raízes, à mobilização da tradição que reivindica (ou seja,

deixar de ligar sua história, o seu surgimento com uma história que veio da Europa apenas, e olhar para a tradição, as formas de resistência e de organização desenvolvidas localmente), quanto na relação direta que se busca traçar entre as experiências nacionais e as europeias, por exemplo, pois cada local tem suas peculiaridades, seus caminhos e suas próprias respostas para tentar modificar a realidade imposta.

O intuito deste breve artigo não foi o de proporcionar respostas, mas sim levantar questões e apontar alguns possíveis caminhos para ajudar a fortalecer o potencial papel transformador da economia solidária.



● ● ●

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho é doutor em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2021), trabalhou como coordenador técnico de projetos no Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol/UFSCar) e atualmente atua como pesquisador de pós-doutorado vinculado ao Departamento de Sociologia da UFSCar.

Referências

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires, 2000.

_____. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1998.

WELLEN, H. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo, Outras Expressões, 2012.

Economia solidária como movimento internacional:

Propostas para uma agenda de pesquisa proveniente da economia política internacional

Por Alexandre Lucchesi, Antônio Souza, Henrique Pavan, William Retamiro e Lucas Ferreira



Embora disputada, e não sem controvérsias, uma definição possível de economia política internacional é aquela que a coloca como um campo de estudos voltado à análise de problemáticas econômicas do sistema internacional, tendo um enfoque interdisciplinar, ou seja, valendo-se não só de teorias e pressupostos metodológicos oriundos da economia como também das mais diversas áreas das ciências sociais (GONÇALVES, 2005). Além disso, consideram-se como pressupostos basilares em sua construção as relações entre poder e riqueza, as quais, a nosso ver, também podem ser relacionadas com perspectivas de interesses de grupos sociais, sejam eles classes, instituições, indivíduos e coletivos diversos, o que lhe insere em paradigmas de análise transdisciplinares, como a própria economia política ou a sociologia econômica (SWEDBERG, 2003).

O presente artigo busca incitar leitores interessados e pesquisadores em geral a refletirem sobre as possíveis interações analíticas entre a economia política internacional e a economia solidária, algo que, a princípio, poderia parecer pouco provável, dado o eminente enraizamento local das práticas solidárias, tanto em seu nível de atuação prática quanto nos estudos acadêmicos da área. Não é comum o estabelecimento de nexos entre tais experiências e fenômenos das relações internacionais e/ou dos encadeamentos econômicos globais.

O contexto da economia solidária em uma economia-mundo capitalista

Um possível ponto de partida à propulsão de um “movimento internacional” de economia solidária (LAVILLE, 2009) é o período marcado pela globalização financeira e produtiva que tem caracterizado a transição do século XX para o século XXI. Em suma, um conjunto de transformações econômicas que englobam processos de terceirização, reestruturação produtiva, financeirização do capital, disseminação de políticas econômicas neoliberais e instabilidade macroeconômica, deflagrou um processo de agudização da precarização do trabalho, sobretudo em economias periféricas (DOWBOR; KILSZTAJN, 2023; FURNO; ROSSI, 2023).

Com efeito, comunidades desamparadas pela ameaça do desemprego e/ou da precarização; grupos de trabalhadores organizados para obterem maior controle sobre processos de produção, distribuição e concessão de crédito; e associações organizadas de maneira horizontal com vistas a solucionarem problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos surgem como resposta ao cenário econômico global de instabilidade. Algo que, por si só, insere a temática da economia solidária em um quadro internacional.

Mais que isso, há um crescente interesse internacional no assunto, algo notado pela proliferação de trabalhos acadêmicos, repor-



A economia solidária se baseia em princípios de cooperação, solidariedade e autogestão.

Muito embora tenha raízes principalmente em movimentos sociais e comunitários, suas contribuições podem ter implicações significativas para a economia política internacional, especialmente em termos de redução da desigualdade e promoção de práticas sustentáveis, constituindo um possível contraponto ao poder das grandes corporações globais."



tagens, implementação de políticas públicas e, mesmo, de produções cinematográficas. Em relação ao último, gostaríamos de destacar o documentário “Amanhã” (Demain, no original em francês), dos diretores Cyril Dion e Mélanie Laurent, lançado em 2015. A película percorre uma instigante jornada de ações comunitárias¹, distribuídas pelo mundo, que procuram resolver de maneira coletiva, horizontal e democrática diversos tipos de problemas locais que vão desde a agricultura sustentável à escassez de crédito e circulação monetária. Destarte, consideramos este documentário como uma manifestação do *zeitgeist* de nosso tempo, período em que as ações de economia solidária vicejam internacionalmente, atraindo interesse de diversos públicos.

A economia solidária se baseia em princípios de cooperação, solidariedade e autogestão. Muito embora tenha raízes principalmente em movimentos sociais e comunitários, suas contribuições podem ter implicações significativas para a economia política internacional, especialmente em termos de redução da desigualdade e promoção de práticas sustentáveis, constituindo um possível contraponto ao poder das grandes corporações globais.

Wallerstein (1984), conhecido por seu trabalho na análise das relações internacionais sob o prisma da teoria do sistema-mundo, forneceu insights sobre como a economia solidária se insere nas relações internacionais, especialmente considerando o contexto das estruturas de poder global. O autor argumenta que o sistema-mundo é caracterizado por desigualdades estruturais em nível global, sendo os países divididos em nações centrais, semiperiféricas e periféricas. A economia solidária muitas vezes emerge em contextos periféricos e semiperiféricos como uma resposta à desigualdade econômica (CORAGGIO, 2011; RAZETO, 1984). O conceito de dependência econômica, que se refere à relação desigual entre nações centrais e periféricas, encontra na economia solidária a tentativa de superar essa dependência, fortalecendo as comunidades locais e diminuindo a influência de grandes empresas transnacionais. A autonomia e a resistência por parte das nações periféricas como resposta ao sistema-mundo, dominado pelas nações centrais, ensejam que a autonomia

local e a autossuficiência constituam formas de resistência e autodeterminação em relação às desigualdades resultantes dos fluxos econômicos internacionais sob a globalização, especialmente em comunidades marginalizadas, promovendo práticas econômicas mais igualitárias e sustentáveis.

Na perspectiva do fortalecimento de comunidades locais, iniciativas de produção e consumo locais reduzem a dependência de corporações multinacionais. Isso pode ter implicações na redução do poder das empresas transnacionais na economia global. A autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção garantiriam autonomia frente às grandes corporações estrangeiras por conta das redes de colaboração entre diferentes grupos e organizações em todo o mundo, que podem facilitar a troca de conhecimento e experiências, bem como promover a solidariedade internacional entre movimentos de economia solidária em diferentes países. Ellerman (2003) e Avato (2009), a partir de estudos de caso de empreendimentos de economia solidária em diferentes contextos, consideram questões como legislação, políticas públicas e desafios específicos para estudar como as redes e parcerias internacionais são formadas e mantidas. Isso inclui a análise de organizações que facilitam a colaboração entre empreendimentos solidários em diferentes países. Para Nembhard (2014a), a formação de cooperativas e redes de trabalho pode se estender internacionalmente, permitindo a colaboração em uma dimensão global que enfatiza a justiça social, a igualdade e o empoderamento das comunidades, na perspectiva das relações internacionais.

Nembhard (2014b) também enfatiza a importância das políticas públicas que apoiam comércio justo e ético, com empoderamento de comunidades historicamente marginalizadas. Isso tem implicações internacionais, uma vez que as comunidades marginalizadas podem ser encontradas em todo o mundo. A promoção de equidade de gênero e da diversidade, questões globais ligadas aos objetivos de organizações internacionais, como as Metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU, fornecem uma base sólida para objetivos mais amplos de justiça social, igualdade e desenvolvimento sustentável em âmbito

internacional, especialmente nas conexões entre justiça social, direitos dos trabalhadores e as dinâmicas globais das relações internacionais.

Economia solidária: diversidade e heterogeneidade em um mundo desigual

É importante destacar que as organizações de economia solidária apresentam heterogeneidade entre si, pois cada uma reflete o

contexto em que está inserida. Neste particular, salientamos mais uma vez que a permanente existência de desigualdades entre nações, as quais refletem um sistema econômico mundial marcado pelas relações centro-periferia, indica trajetórias diferentes para experiências solidárias presentes em realidades contrastantes.

Comentando especificamente sobre moedas sociais, Blanc (2010, p. 309) traça um importante quadro das distinções entre o norte e o sul



A promoção de equidade de gênero e da diversidade, questões globais ligadas aos objetivos de organizações internacionais, como as Metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU, fornecem uma base sólida para objetivos mais amplos de justiça social, igualdade e desenvolvimento sustentável em âmbito internacional, especialmente nas conexões entre justiça social, direitos dos trabalhadores e as dinâmicas globais das relações internacionais."



global. Neste último, a pobreza e a concentração de renda implicam no ingurgitamento do circuito inferior da economia urbana (SANTOS 1979), o qual responde à sua precariedade material criando organizações solidárias e de mútua ajuda. Surgem, portanto, da necessidade e se criam em um substrato de solidariedade já existente nas periferias do mundo subdesenvolvido, solidariedade essa também fruto da necessidade em face da ausência de provisão suficiente de bens públicos pelo estado.

Em comparação, no norte desenvolvido, a maior reação ao *status quo* se dá mais no plano da consciência do que da realidade material. Assim sendo, a criação de um sistema de moeda social está ligada a diferentes dimensões. Pode ser uma nostalgia em relação a tempos menos individualistas, nos quais as interações de vizinhança e proximidade eram mais presentes. Além disso, também pode surgir como proposições construtivas e alternativas à economia de mercado utilitarista: buscam-se, deste modo, construir outras economias, mais democráticas, igualitárias e ambientalmente conscientes (BLANC, 2010; NISHIBE, 2015). No caso das cooperativas e de experiências autogestionárias, Laville (2009) demonstra que, na Europa, há um processo histórico de maturação das lutas sindicais e sociais que as colocam no centro do palco do fortalecimento das demandas trabalhistas.

Há ainda outra questão emblemática no que tange as possíveis interações analíticas entre economia solidária e fenômenos internacionais. Segundo Wellen (2012), cooperativas têm sido utilizadas – sobretudo em países periféricos – como mecanismos de rebaixamento de salários e contração da participação do trabalho no capital. Mais ainda, segundo o mesmo autor, há evidências de que muitas dessas empresas se inserem nas cadeias globais de valor de maneira precarizada, favorecendo assim a acumulação de capital a partir da exploração do trabalho barato e subalterno. Para o mesmo autor, não é por acaso que a economia solidária vem sendo bem aceita pelo *establishment* político-econômico global, sendo que organizações como o Banco Mundial e a OCDE prescrevem políticas públicas de economia solidária como alternativas palatáveis

ao desemprego e aos problemas locais. No caso específico da OCDE há, inclusive, recomendações de políticas de internacionalização de tais organizações (OCDE, 2023).

Entretanto, a inserção da economia solidária na dinâmica econômica internacional não deve ser esgotada na mera relação de exploração, ainda que esta seja importante e, ao que se viu, ocorre com frequência. É preciso abrir a janela para se visualizar indeterminações e, portanto, possibilidades diversas. Pupo (2022) demonstra, a partir da análise do Banco Palmas que, os imperativos locais – e, no caso específico, populares, solidários e horizontais – do conjunto Palmeiras de Fortaleza se impuseram, mesmo em um cenário no qual foram fomentados por organizações não governamentais internacionais. Neste caso, a inovação social trazida do chão da periferia brasileira foi antropófaga², ou seja, ‘canibalizou’ os aportes externos em proveito de seus interesses domésticos. Todavia, vale reforçar que a relação entre ONGs internacionais e organizações solidárias deve ser analisada a cada caso, tendo sempre em mente as ferramentas teórico-metodológicas que permitem uma abordagem das relações socioeconômicas internacionais em seus diversos matizes.

Uma breve conclusão

Neste artigo foram lançadas ideias sobre possíveis caminhos a serem traçados nas pesquisas sobre economia solidária em uma inserção global.

Há, como se viu, múltiplas determinações e encadeamentos de rede que permitem averiguação de causa-efeito, análises indutivas, descrições sistêmicas, considerações dialéticas, entre outras. O fato premente é que o fenômeno da economia solidária já se tornou um tema internacional, que perpassa fronteiras e envolve múltiplos atores em escala mundial. Por isso mesmo, cremos que o campo da economia política internacional não só pode contribuir para lançar luzes a recônditos da economia solidária ainda opacos, como também deve se enriquecer deste mergulho investigativo, criando assim caminhos e conexões para o conhecimento desses fenômenos.



Alexandre Fávaro Lucchesi é doutor e mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com parte do doutorado em formato sanduíche na Università Bocconi, na Itália. Atualmente é professor universitário na Escola de Negócios das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e no Instituto Phorte de Educação.



Lucas Ferreira Lima é graduado em Ciências Econômicas pela UFU. Mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, onde é pesquisador de pós-doutorado. Atua principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, economia agrícola, economia ecológica, economia do meio ambiente, macroeconomia, microeconomia e metodologias de apoio multicritério à decisão.



Henrique Pavan Beiro de Souza é doutor pela UFABC - com período de pesquisa no International Institute of Social Studies (Holanda), e mestrado em Economia pela Unesp. É graduado em Ciências Econômicas pela Unisul, com especialização em Economia Urbana e Gestão Pública pela PUC/SP. Atua como professor no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).



William Retamiro é graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, mestre em planejamento e desenvolvimento regional pela UNITAU e doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCAR. cursou Economia da Inovação Tecnológica como disciplina isolada no ITA e integrou como aluno especial o doutorado em Planejamento e Gestão de Território na UFABC. Integra o grupo de pesquisa de Economia Solidária e Cooperativismo Popular da NuMI-EcoSol/UFSCAR.



Antônio Fernando de Souza é economista, com especialização em História, Sociedade e Cultura, mestrado em Economia Política, doutorado em Psicologia Social e pós-doutorado em Economia pela PUC/SP. Professor do Centro Universitário da Fundação Santo André e da Universidade Municipal de São Caetano. Conselheiro do Corecon-SP.

Referências

¹Boa parte de tais ações podem ser inseridas no campo da economia solidária.

²Este termo, bem como a argumentação que lhe é subjacente é de responsabilidade dos autores do presente artigo.

AMANHÃ. Direção: Cyril Dion & Mélanie Laurent. Produção de Bruno Levy. França 2019. 1 DVD.

AVATO, J. (2009). *Dynamics in highly skilled migration: a European perspective* (Doctoral dissertation, Universität Tübingen).

BLANC, Jérôme. *Community and Complementary Currencies*. In: HART, K; LAVILLE, J. L; CATTANI, A. D. *The Human Economy: a citizen's guide*. Cambridge/Malden: Polity Press. 2010, p. 303-312.

CORAGGIO, J. L. (2011). *Economía Social y Solidaria: El trabajo antes que el capital*. Editorial Abya-Yala.

DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Ed.). *Economia social no Brasil*. Editora Senac São Paulo, 2023.

ELLERMAN, David. 2003. "Policy Research on Migration and Development." World Bank Policy Research Working Paper 3117. World Bank, Washington, D.C. Processed.

FURNO, J.; ROSSI, P. *Economia para a Transformação Social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Autonomia Literária, 2023.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAVILLE, J.-L. *A economia solidária: Um movimento internacional*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 7-47, 1 mar. 2009.

NEMBHARD, J. G. (2014a). *Community-based asset building and community wealth*. *The Review of Black Political Economy*, 41(2), 101-117.

NEMBHARD, J. G. (2014b). *The benefits and impacts of cooperatives*. *Grassroots Economic Organizing (GEO) Newsletter*, 2.

NISHIBE, Makoto. *Why do diversity and differentiation of community currencies of developed and developing countries arise in globalized and deindustrialized capitalist economy?* In: 3rd. *International Conference on Social and Complementary Currencies*. Salvador. Brazil. 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Promoting internationalisation of the social and solidarity economy*. *Local Economic and Employment Development (LEED) Papers*, 22 set. 2023.

PUPO, Carolina Gabriel de Paula. *Finanças Solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares*. 2022. 411 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062022-191912/publico/2022_CarolinaGabrielDePaulaPupo_VCorr.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

RIZETO, Luiz. *Empresas de Trabajadores y Economía de Mercado*. Santiago. Editora: Ediciones PET, 1984.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. 1979.

SWEDBERG, Richard. *Principles of economic sociology*. New Jersey. Princeton University Press, 2003.

WALLERSTEIN, I. (1984). *The politics of the world-economy: The states, the movements and the civilizations*. Cambridge University Press.

Desumanidades induzidas

Por Marcus Eduardo de Oliveira

“Tem muito carro e muito pouco chão / Tem muita gente e muito pouco pão / Tem muito papo e muito pouca ação / Muito parente e muito pouco irmão”

**Arnaldo Antunes,
Muito Muito Pouco**



Em meio à sociedade de múltiplas diferenças, e é esse o caso da sociedade brasileira, o modelo econômico dominante, produtor de profundas desigualdades socioeconômicas, costuma deixar claro que não há lugar para todos na organização da vida social.

À luz do que sabemos hoje, talvez isso seja a perversidade mais central da globalização capitalista que tem nos guiado. Até mesmo porque, no experimento brasileiro, tudo indica que isso está na base do paradigma, o da dominação de tudo e de todas as coisas, que trouxe a sociedade moderna até aqui, diminuindo

em todas as frentes (e é fácil ver) o sentido do bem-estar social.

Seja como for, esse mencionado paradigma (parte integrante da expansão capitalista), conduzido pelas conservadoras forças influentes – ou a elite dominante, dá no mesmo - continua sendo construído sob a lógica de perversidades.

Tenha-se claro, então, que, na mesma cena em que se encontram as “minorias abastadas com as massas miseráveis” (termo empregado por Maria Carmelita Yazbek, ainda que em outro contexto), essas “forças” continuam determinando o estado de coisas. Mais do que isso:



não cessam de alimentar a discriminação, a intolerância, o desprezo.

Talvez por isso mesmo, colocando em questão os preconceitos, numa desleal demonstração de repulsa às minorias, não surpreende aí, por exemplo, o incentivo à visão masculinizada, quer dizer, o patriarcado em relevo. No curso dos acontecimentos, bem se sabe que há motivos para que se mantenha bem longe a proposta de uma economia baseada no feminino.

Ademais, longe de ser assunto novo, se bem observada, essa repulsa às minorias segue um conhecido *modus operandi*. O que muda, vez ou outra, é a formatação. Agora mesmo, por exemplo, difunde-se descaradamente, aqui, ali ou acolá, a aporofobia, já em avançado curso. Tal qual se apresenta, essa específica aversão aos pobres (do grego, "á-poros" = pobre e desamparado + fobia), debilitando o sentido da vida alheia, escancara de vez o que de pior existe dentro dessa casca grossa que chamamos de desigualdade.

De todo modo, indo direto ao assunto, a paisagem das grandes cidades, forçosamente, vai se transformando por completo. Cercas elétricas, grades, lanças, muros, vidros pontiagudos e divisórias são costumeiramente levantados em pontos residenciais e comerciais para tão somente isolar os fragilizados. Dentro dessa lógica perversa rechaça-se os famintos, os vulneráveis, os desvalidos. Vale dizer, generaliza-se raivosamente o repúdio aos mais fracos. Notadamente contra os pobres! Contra os refugiados da vida plena.

Na verdade, com extrema facilidade, subvertem-se vidas humanas abandonadas no meio do nada.

Dura realidade cotidiana, o mais curioso é que, sob o disfarce do que muitos do lado de lá chamam de defesa da política urbana, tudo é feito "dentro" da mais absoluta legitimidade possível, e a partir de um script próprio. A começar pela condenação à doação de esmolas, que dizem estar na base do comodismo. No lugar, clama-se pela cidadania. Como se cidadania (entendida aqui como base de uma sociedade mais inclusiva) fosse mesmo "moeda de troca".

Ainda mais torpe e pior, evoca-se pela necessidade de eterna e constante vigilância, espécie de ingrediente necessário para que se difunda



A paisagem das grandes cidades, forçosamente, vai se transformando por completo. Cercas elétricas, grades, lanças, muros, vidros pontiagudos e divisórias são costumeiramente levantados em pontos residenciais e comerciais para tão somente isolar os fragilizados."



o que a elite dominante mais gosta de fazer: vender a qualquer custo a ideia de que a sociedade como um todo está em perigo, porque o "perigo", logo localizado, está ali, na próxima esquina, descalço, faminto, maltrapilho, implorando por ajuda.

Por trás disso, em meio à atual desigualdade que atinge níveis nunca vistos antes, encontra-se a mais viva demonstração de sociedade de apartação, quer dizer, do não reconhecimento do direito à vida de algumas pessoas, como se essas fossem descartáveis.

Nessa sociedade de apartação, falando o óbvio, prevalece o interesse privado (que priva os mais indefesos a qualquer acesso), nunca o coletivo. O coletivo, que não reste dúvida, tem nome próprio: os indesejáveis, ou seja, público sob constante ataque e sob eterna vigilância.

Por sinal, interessa destacar, falamos aqui de vigilância privada contratada pela elite dominante. A propósito, é assustador como isso cresceu nos últimos tempos. Hoje em dia, os vigilantes (número quase cinco vezes maior que todo o efetivo do Exército) são o dobro do efetivo total das polícias no Brasil. Mais de 1 milhão contra 530 mil agentes.

Mas, voltando ao ponto central, mesmo no mundo das ideias, embora não cause surpresa, essa específica lógica que serve para segregar e condenar encontra terreno fértil para se expandir.

Na dúvida, cabe observar o comportamento dos tomadores de decisões econômicas. Fixados pela ideia de que a tecnologia pode levantar uma economia sem limites, esses “especialistas em economia convencional” não se cansam de estudar maneiras de aumentar a riqueza e a pujança, mas jamais se lançam à preocupação de elaborar propostas para diminuir a miséria e a carência, conhecidas dores de sofrimento.

Com efeito, parece mesmo que outra lógica logo se impõe: aquela do “manda quem pode, penaliza-se os que nada têm”. Assim, imposto pela lógica neoliberal, disso resulta a primazia da economia de negócios (investimentos, especulação, finanças) em detrimento da vida.



Cabe observar o comportamento dos tomadores de decisões econômicas. Fixados pela ideia de que a tecnologia pode levantar uma economia sem limites, esses 'especialistas em economia convencional' não se cansam de estudar maneiras de aumentar a riqueza e a pujança, mas jamais se lançam à preocupação de elaborar propostas para diminuir a miséria e a carência, conhecidas dores de sofrimento."

Em outros termos, resulta favorecer a economia de acumulação e o culto à materialidade (por óbvio, rejeitando os limites ambientais) em detrimento da economia de cooperativismo, matriz de um mundo humano e ferramenta para ajudar a combater o desemprego (no Brasil, abrange quase 19 milhões de pessoas, e somente em 2022, gerou mais de 493 mil empregos) e a fome, que, agora todos sabem, nunca foi resultado da falta de alimentos.

De todo modo, para não sair do terreno da economia real (essa que se serve das pessoas e age de forma criminosa contra o planeta), vale mais, muito mais, enaltecer o PIB em ascensão do que pensar em mudar as condições sociais em que vive a maioria de nossa gente.

Ocorre que nesses infames tempos atuais, onde a escala da vida não importa e a escala da economia ganha significativa dimensão, não é segredo que a fome e a exclusão social, para citar duas das chagas sociais tão em moda, são mesmo desumanidades induzidas. São perversidades sociais grosseiramente provocadas. Frei Betto observou bem: “Ninguém escolhe ser pobre. Todo pobre é, de fato, um empobrecido”.

Nesse ponto, aos donos do capital, aprisionados pela ganância, o que vale mesmo é pensar em estímulos à ideologia do consumismo, mesmo sabendo que, numa certa extensão, isso afetará o equilíbrio do planeta.

Ainda assim, discutir a capacidade de produção material (sinônimo de progresso, essência do crescimento) e não o compromi-

so com a proteção verde (sinônimo de equilíbrio ecológico, essência da sustentabilidade ambiental), é a prioridade única dos que ditam a racionalidade econômica.

Desnecessário esclarecer, pois, que isso tem um custo (alto) ao planeta e às vidas humanas. Todavia, em linguagem acessível, poder-se-á dizer que, enquanto a ideologia de mercado prospera e consagra a acumulação capitalista, expondo um PIB global que ultrapassa 100 trilhões de dólares (ou mais de 530 trilhões de reais), todos os anos, no mundo todo, a poluição do ar mata quase 10 milhões de pessoas. Já o consumo de água contaminada, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), mata, todos os anos e em várias partes do planeta, mais de três milhões de pessoas.

Por isso mesmo, para reverter esse quadro de desumanidades induzidas, somos chamados à razão. Enquanto sociedade, mais que nunca, quebrar essa lógica de perversidades, estejamos certos disso, se constitui no desafio mais imperioso imposto ao projeto civilizatório.

Ao fim das contas, diante de sociedades globalizadas que projetam a prosperidade à base da conquista material - e justamente por isso superexploram os recursos naturais e humanos -, há uma indispensável tarefa que nos aguarda: construir outras realidades sociais, começando pela urgência de se inaugurar novas redes de economia e finanças solidárias, especialmente pela via da Economia de Comunhão (EdC), como sonhava Chiara Lubich (1920-2008), em seu Movimento dos Focolares.

Ponto decisivo, em complemento, reconheça-se com firmeza a extrema necessidade de outra economia que abandone o dogma do crescimento e que renuncie ao uso intensivo do carbono, chave que deve ser virada para o enfrentamento das mudanças climáticas (situação de emergência mundial), certamente o maior problema desse século.

Por diversas circunstâncias, tem sido dito que o que está em jogo é a certeza de que sem sustentabilidade do meio ambiente nada avança, principalmente na forma como as sociedades se organizam atualmente.

Daí, ao menos três curtos recados finais precisam ser logo anunciados: 1) assumir responsabilidades para elaborar uma proposta anti-capitalista contemporânea; 2) propor a mudança dos estilos de vida, entendendo que somos todos cidadãos de um mesmo planeta; 3) potencializar uma economia que respeite o direito mais importante de todos: o da vida.

Em poucas palavras, ajudará muito se conseguirmos levantar uma economia circular e ecológica devidamente combinada com uma economia solidária e cidadã. Ajudará mais ainda se atualizarmos o movimento cooperativista, canalizando capacidades e recursos para produzir riquezas em prol dos que se encontram em dificuldades, inaugurando, a partir de então, uma especial cultura, a cultura da partilha.

Para qual finalidade? “Para que todos sejam um” (cf. Jo 17,21). Isso tudo, educando o olhar para o meio ambiente, num mundo ecologicamente equilibrado; para uma sociedade melhor, para uma vida boa e justa.



Marcus Eduardo de Oliveira é economista, professor e ativista ambiental. Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2005). É autor de *Civilização em Desajuste com os Limites Planetários* (CRV, 2018), entre outros.

Economia solidária no Brasil: perspectivas e desafios

Por Edinara Lúcia de Araujo



Origem do pensamento sobre a economia solidária no Brasil

No Brasil, em termos de teoria, política e ideologia, a economia solidária esteve por décadas e, em alguns casos, ainda está na literatura científica classificada como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Na década de 1960 surge o termo "economia informal", considerado a princípio como um fenômeno transitório, mas que demonstrou, através de sua persistência e crescimento, sua força social, política e econômica (Gaiger, 2014).

Em termos acadêmicos, a primeira vez que o conceito de "economia de solidariedade" foi citado no país foi em 1993. Em 1994 surge o termo "terceiro setor". Em 1995 surgiu academicamente o termo "economia solidária". A partir desse momento, encontros acadêmicos no Brasil desencadearam a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária. Essa evolução conceitual e acadêmica tem contribuído para fortalecer a compreensão e a promoção da economia solidária como uma alternativa econômica mais inclusiva, participativa e sustentável (Gaiger, 2009; 2014).

Embora a economia solidária seja um movimento global, em cada país ela apresenta características distintas, adaptando-se às realidades e contextos locais. A diversidade de experiências e abordagens na economia solidária reflete a capacidade de adaptação e a pluralidade de formas como a solidariedade econômica pode se manifestar ao redor do mundo.

Na América Latina, a economia solidária é frequentemente associada à política de esquerda devido ao seu enfoque social e à sua predominância entre as classes mais

baixas da economia e da sociedade. Nos países desenvolvidos, essa associação com o populismo é menos acentuada e o movimento abrange membros de diversas classes, com a adesão sendo motivada mais por escolha do que por necessidade (Nagem; Silva, 2013).

Um fator recente e contraditório

Por conta de uma restrição de escopo, seja pelo fenômeno recente da economia solidária no Brasil ou por estudos de casos restritos a locais específicos (Gaiger, 2009), ainda há um caminho a percorrer para uma compreensão mais abrangente da economia solidária no contexto brasileiro. Entretanto, o crescente interesse e engajamento acadêmico e social já mostram suas contribuições, no conhecimento e na promoção da sua consolidação como uma alternativa econômica e social relevante, focada na cooperação, solidariedade, numa sociedade mais justa e inclusiva (Nagem; Silva, 2013), sendo uma alternativa viável e com sustentabilidade no contexto econômico contemporâneo (Costa; Jesus, 2017).

A base empírica atual identifica as experiências sociais ao longo do tempo, ultrapassando a visão limitada dos fenômenos em voga no presente, e considerando o ciclo das conjunturas e as temporalidades longas. O mapeamento nacional da economia solidária nos revela, por exemplo, que os empreendimentos não são tão novos como parecem quando olhamos apenas por uma ótica numérica e dimensional. Os estudos precisam considerar um maior espaço de tempo, analisando seus integrantes, trajetórias e experiências ao longo do desenvolvimento da economia solidária no país (Singer, 2003).

Com uma abordagem mais ampla e temporal, é possível compreender melhor a evolução e a relevância das iniciativas de economia solidária, bem como identificar padrões, desafios e oportunidades para seu crescimento e fortalecimento como uma alternativa socioeconômica sólida e sustentável. A valorização do histórico e do contexto dessas experiências é fundamental para o avanço do conhecimento e da prática da economia solidária no Brasil (Nagem; Silva, 2013).

Panorama da Economia Solidária no Brasil

Para Singer, referência nos estudos de economia solidária no país (Costa; Jesus, 2017), esta surge como uma alternativa ao sistema capitalista, apresentando um modo de produção, distribuição, consumo e convivência baseado no princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. Seu engajamento e contribuições foram fundamentais para impulsionar o debate e a disseminação dos princípios e práticas da economia solidária no Brasil e no mundo (Singer, 2003).

O sistema de produção solidário vive em um processo contínuo de emergência, em contraposição ao capitalismo prevalecente. Esse processo, em constante progresso, é formado por trabalhadores engajados em projetos cooperativos, com unidades produtivas autogestionárias, ou pela união de pequenos produtores para compra e venda, como na agricultura familiar, nas redes de comércio justo, nas incubadoras de empresas, nos clubes de troca e no microcrédito, entre outros (Singer, 2003).

O movimento da economia solidária é global e busca se desenvolver em contraposição ao sistema capitalista. Nele, grupos de pessoas se organizam em cooperativas ou associações para a produção e comercialização de produtos, constituindo uma forma alternativa de comércio baseada na premissa de que tudo é de todos e que o principal objetivo é o bem comum (Nagem; Silva, 2013).

Quando os trabalhadores se organizam em trabalho coletivo, observando os princípios da economia solidária, há uma promoção do desenvolvimento sustentável através da divisão



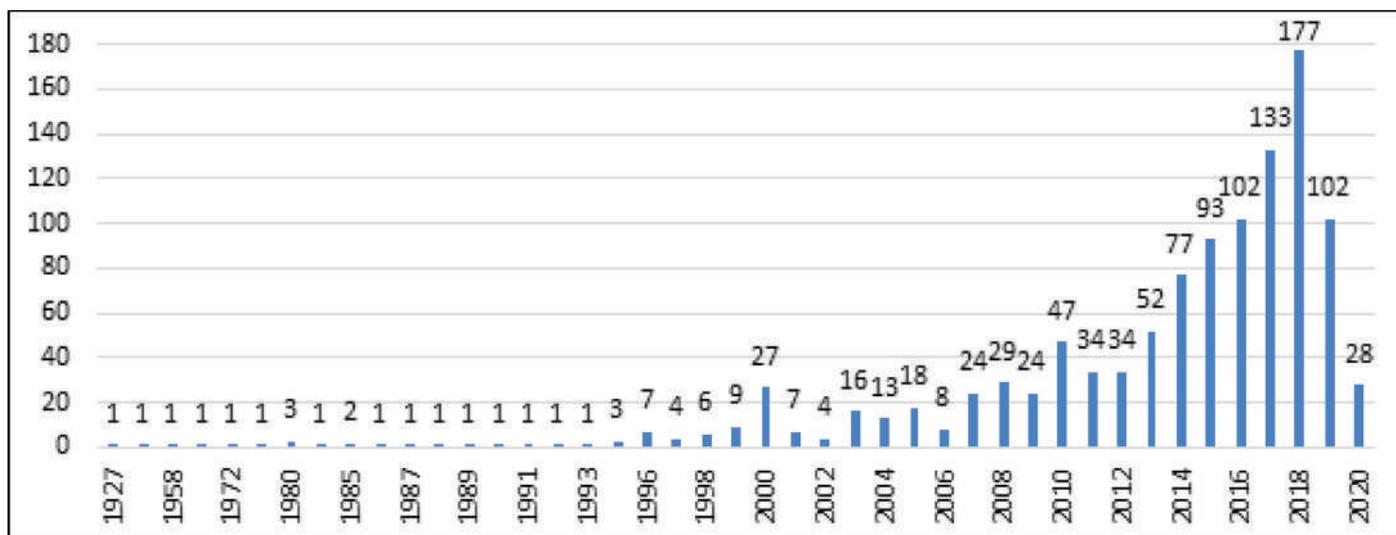
igualitária de tarefas e lucros (ou sobras), sem a existência de figuras de patrão e empregado. As decisões são tomadas de forma coletiva, sendo a autogestão uma condição essencial, não apenas uma característica. Nesse contexto, o objetivo de "gerar renda" é suplantado por formas alternativas de convivência, organização e consumo, pautadas no trabalho colaborativo, solidário e equitativo (Veronese et al., 2017).

Na década de 1990, o Brasil mergulhou em uma grande crise econômica, com altas taxas de inflação e desemprego. Esse cenário representou uma "terra fértil" para a economia solidária "germinar", com o apoio das universidades públicas através das incubadoras, encontros e seminários. Essas iniciativas impulsionaram e fortaleceram o desenvolvimento da economia solidária no país, proporcionando espaços de aprendizado, trocas de experiências e suporte para o surgimento e crescimento de empreendimentos solidários.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego, dando início à articulação de políticas federais para o setor. Nesse contexto, também foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), que atua como interlocutor entre o governo e a sociedade civil em prol da economia solidária.

No Brasil, de acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CNEES, 2021), registram-se empreendimentos solidários desde o ano de 1927, com o ápice em 2018, quando constam 177 empreendimentos solidários cadastrados. Em 2020, apesar de haver apenas 28 empreendimentos solidários cadastrados, houve um ápice no número total de sócios, com 15.756 associados, sendo 5.702 mulheres e 10.094 homens, contando ainda com 154 não-sócios, dos quais 63 são mulheres e 91 são homens.

Gráfico 1 - Total de empreendimentos solidários cadastrados ao longo dos anos

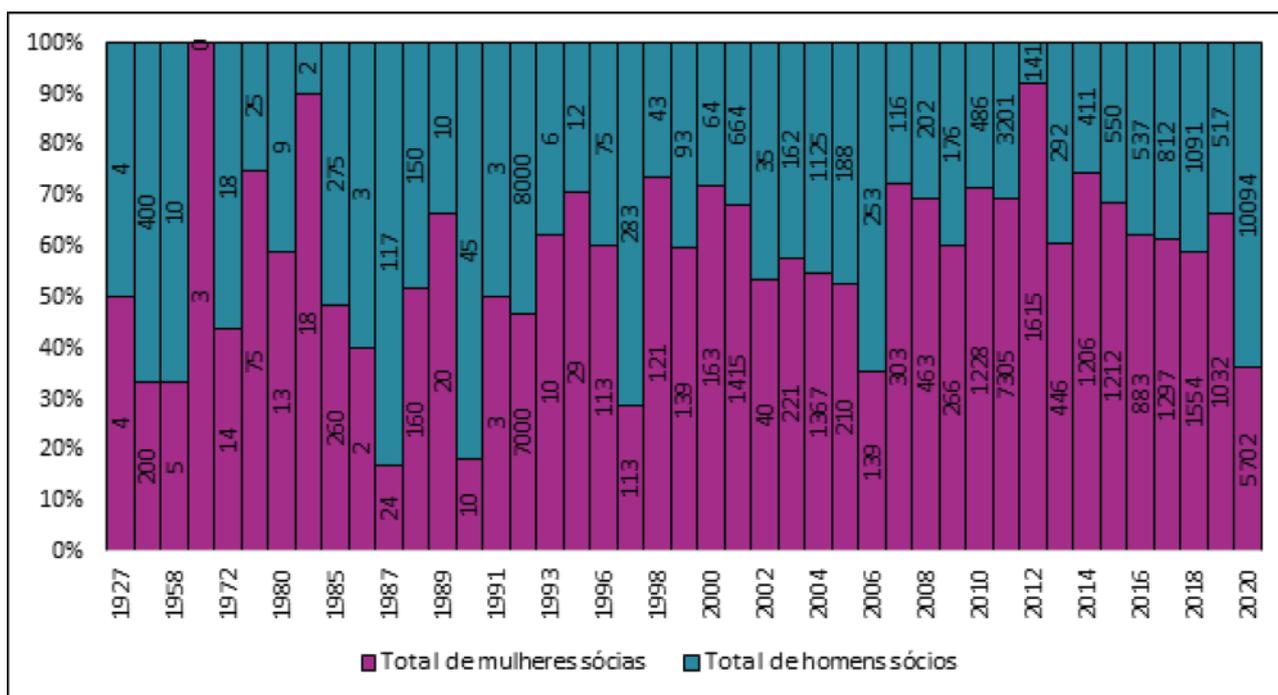


Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando o número total de empreendimentos cadastrados no Brasil por ano.

Esses números demonstram o crescimento e o alcance da economia solidária no país, com um aumento significativo no número de associados, promovendo a participação ativa e igualitária dos membros nos empreendimentos solidários.

Gráfico 2 - Proporção de sócios por sexo (mulheres e homens) nos empreendimentos cadastrados

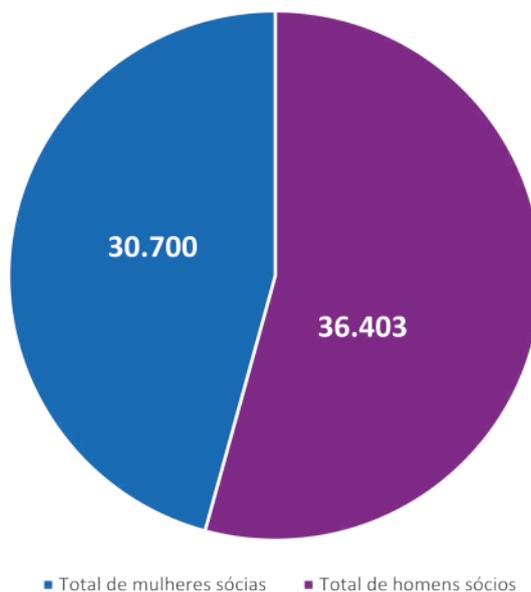


Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando a proporção de mulheres e homens sócios e o número absoluto por sexo ao longo dos anos nos empreendimentos cadastrados.

Gráfico 3 - Total de mulheres e homens sócios nos empreendimentos solidários de 1927 a 2020

67.103 sócios nos empreendimentos cadastrados no cadsol de 1927 a 2020



Fonte: CNEES (2021)

Dados extraídos do CADSOL, mostrando o total de mulheres e homens sócios nos empreendimentos solidários cadastrados de 1927 a 2020.



O fundo solidário caracteriza-se como uma poupança comunitária gerada por meio de doações voluntárias de recursos pelos membros participantes do fundo, além de ações e recursos externos destinados à comunidade. A gestão do fundo é realizada de forma coletiva, garantindo que as decisões sejam tomadas de maneira participativa e democrática."

As universidades são grandes promotoras da economia solidária, agindo como importantes agentes ao promover tecnologia social por meio de incubadoras e cooperativas. As incubadoras fornecem assessoria e formação técnica e política a grupos sociais de organização coletiva, acompanhando os processos de implementação e administração solidária em todas as esferas, como trabalho, produtividade, finanças e comercialização (Monteiro; Gonçalves, 2020).

Em geral, conforme Neves et al. (2017), os projetos de economia solidária enfrentam dificuldades de financiamento por instituições bancárias de crédito, principalmente devido ao diferencial de não estarem pautados no lucro como objetivo principal. Essa situação levou à criação de mecanismos pela própria economia solidária para prover esse financiamento, dando origem às finanças solidárias, um campo alternativo dentro da economia solidária.

As finanças solidárias são formadas por fundos solidários, cooperativas de crédito e bancos comunitários. O fundo solidário caracteriza-se como uma poupança comunitária gerada por meio de doações voluntárias de recursos pelos membros participantes do fundo, além de ações e recursos externos destinados à comunidade. A gestão do fundo é realizada de forma coletiva, garantindo que as decisões sejam tomadas de maneira participativa e democrática, alinhadas aos princípios da economia solidária.

A cooperativa de crédito é formada

por uma associação de pessoas que prestam serviços financeiros aos seus associados, sendo uma instituição financeira cujos sócios são solidariamente donos e usuários da cooperativa. Eles possuem o poder de participação na gestão e no uso dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa, garantindo uma abordagem mais democrática e participativa no sistema financeiro (Monteiro; Gonçalves, 2020).

Os bancos comunitários, por sua vez, promovem serviços financeiros solidários em rede, com caráter associativo e comunitário, visando à geração de trabalho e renda, além de promover a reorganização das economias locais. Essas iniciativas estão fundamentadas nos princípios da economia solidária, buscando estabelecer relações mais justas e igualitárias entre os membros da comunidade (Neves et al., 2017).

Ao longo da história econômica, podemos observar que os empreendimentos solidários se consolidam em uma diversidade de formas, tais como cooperativas, associações populares, grupos informais de produção, serviços, consumo e comercialização, além de iniciativas de crédito solidário. Também são comuns as empresas recuperadas por autogestão, que são antigas empresas capitalistas falidas, recuperadas solidariamente pelos trabalhadores.

Outras formas incluem agricultores familiares, fundos solidários e rotativos de crédito, tanto formais quanto informais, clubes, grupos

de trocas solidárias com moeda social ou moeda comunitária, ecovilas, redes e articulações de comercialização e cadeias produtivas solidárias, lojas de comércio justo, agências de turismo solidário, entre outras iniciativas.

O que caracteriza um empreendimento solidário são os princípios e valores expressos na Carta de Princípios da Economia Solidária. Embora ainda haja uma predominância de surgimento desses empreendimentos como alternativa ao desemprego, a economia solidária possui uma essência multidimensional que

engloba as dimensões social, econômica, política, ecológica e cultural (Gaiger; Kuyven, 2019).

A projeção desses empreendimentos no espaço público pode transformar o ambiente em um contexto socialmente justo e sustentável, representando uma alternativa eficiente para dignificar o ser humano e valorizar ações em contraponto ao sistema capitalista obcecado pelo lucro e alimentado pela exploração da imensa massa de exército de reserva que surge em tempos de crises.



Edinara Lúcia de Araujo é licenciada em Matemática e pós-graduada no Ensino de Matemática e as Novas Tecnologias pela FABEJA (Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-PE). Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Atualmente atua como docente de Matemática e assistente de Gestão Escolar numa EREM de Pernambuco.

Referências

CNEES - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. © 2021. Disponível em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/relatorio/quantitativo/main.seam?cid=5722>. Acesso em 21 de abr. 2021.

COSTA, B. A. Lima; JESUS, P. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? *Mundo do Trabalho Contemporâneo*, v. 2, n. 2, p. 241-264, 2017.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.1, n. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, L. I. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a economia solidária. *Otra Economía*, v. 8, n. 14, p. 99-111, 2014.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 811-834, 2019.

MONTEIRO, L. M.; GONÇALVES, S. de L. Os empreendedores políticos da economia solidária no Brasil: as ideias de Singer, Gaiger e Arruda. *Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 22, n. 22-1, 2020.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 159-175, 2013.

NEVES, E. F.; BACIC, M. J.; GARCÍA, I. F. Diferenças e similaridades entre as experiências da economia social na Espanha e da economia solidária no Brasil. *Mundo do Trabalho Contemporâneo*, v. 2, n. 2, p. 265-288, 2017.

SINGER, P. Economia solidária. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Caderno Crh*, v. 30, p. 89-104, 2017.

O Enlaces como ferramenta na divulgação e promoção da economia solidária

Por Irismá de Oliveira, Matheus Barboza e Vanderson Carneiro



Nos últimos anos a desigualdade econômica no Brasil tem suscitado preocupações relevantes. Na região Nordeste apresentou uma tendência preocupante, especialmente entre 2018 e 2019, quando o índice de Gini aumentou de 0,545 para 0,559. Além disso, observou-se que 50% da população com os menores rendimentos auferiu um montante médio mensal de R\$351, ao passo que a parcela mais privilegiada, representando 1% da população, obteve a expressiva quantia de R\$23.132.

Um relatório emitido pelo Banco Mundial (BM) evidenciou que, no período compreendido entre 1990 e 2009, cerca de 25 milhões de indivíduos no Brasil conseguiram superar a linha de pobreza e, entre 2001 e 2013, o percentual de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza diminuiu de 10% para cerca de 4%. Contudo, o Brasil vem vivendo um retrocesso no combate à pobreza.

A análise desses dados ressalta a complexidade e a urgência de adoção de medidas eficazes para mitigar a disparidade econômica e promover o desenvolvimento socioeconômico de maneira equitativa e sustentável em todas as regiões do Brasil.

A economia solidária, com seus princípios fundamentados na cooperação, autogestão, democracia e valorização do ser humano, emerge como uma potencial solução para enfrentar a desigualdade. Ela envolve um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, realizadas por empreendimentos econômicos solidários, como

associações, cooperativas de trabalhadores e bancos comunitários, nos quais as pessoas se unem para gerir coletivamente seus recursos e trabalho.

Um dos desafios da economia solidária reside em sua sustentabilidade e reconhecimento social. Para tal, é imperativo que os empreendimentos econômicos solidários consigam inserir-se no mercado, articular-se com outros atores sociais e comunicar-se com o público em geral. Nesse sentido, o processo de incubação desempenha um papel fundamental, fornecendo assessoria técnica, formação, capacitação e acompanhamento.

O contexto da pandemia de Covid-19 restringiu tais interações. Contudo, o projeto "INCUBES: Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional", da Incubes UFPB, deu origem ao site "Enlaces - Espaço Colaborativo da Economia Solidária" (www.enlacespb.org), em colaboração com grupos na Paraíba, com o objetivo de dar voz a esses empreendimentos econômicos solidários, levantando dados desses grupos, contando suas histórias e promovendo a divulgação. Inicialmente, foram 23 empreendimentos da economia solidária. Embora a página possua uma seção para produtos, seu propósito principal é expor os grupos e suas informações. As seções "Saberes Compartilhados" e "Acontecer Solidário" facilitaram a continuidade das trocas durante as restrições impostas pela pandemia. Após o período de restrições, visitas técnicas promoveram interações entre alunos e empreendimentos econômicos solidários, construindo novas



Um dos desafios da economia solidária reside em sua sustentabilidade e reconhecimento social. Para tal, é imperativo que os empreendimentos econômicos solidários consigam inserir-se no mercado, articular-se com outros atores sociais e comunicar-se com o público em geral."



Debate com o PET Políticas Públicas sobre a importância das incubadoras.

relações e vivências e tornando o processo de incubação mais próximo e dinâmico. Esta abordagem representa um esforço para promover a sustentabilidade e a disseminação da economia solidária, destacando a importância de construir conhecimento com base na experiência prática.

A economia solidária é um campo dinâmico e enriquecedor, fundamentado na colaboração e na troca de experiências como meio de educação. Conforme afirmado por Freire (1996, p. 21): "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua própria produção ou construção [...]" O Enlaces, nesse

sentido, está alinhado com a extensão e a educação popular. Todos os envolvidos no processo educativo podem participar ativamente do processo de aprendizado, gerando autossuficiência, capacitação e fortalecimento da comunidade, aspectos essenciais na economia solidária. A solidariedade, sendo um princípio fundamental que sustenta os laços entre os membros dos grupos e com a sociedade em geral, promove a inclusão e o comprometimento com o bem comum (Singer, 2002). Ela não pode estar distante do fator educacional nesse movimento. Todos os agentes que participam ativamente do processo

educativo contribuem para a autossuficiência, a capacitação e o fortalecimento da comunidade, aspectos essenciais na economia solidária, interrompidos durante a pandemia do Covid-19, onde a separação das atividades coletivas impacta diretamente na manutenção e consolidação do processo de trabalho comunitário (Azevedo, Morais e Chiariello, 2021). Este projeto, iniciado com extensionistas que buscavam entender o que é a economia solidária e todas as suas vertentes, por meio de pesquisas na internet e literatura especializada, se destaca por sua ênfase na cooperação e aprendizagem, compartilhando conhecimentos múltiplos.

Na construção do site, encontrou-se o primeiro desafio, uma vez que os extensionistas, colaboradores e orientadores não possuíam experiência em criar e gerenciar um site, tampouco compreensão dos aspectos técnicos. Por isso, optou-se por uma plataforma que facilitasse a construção, sendo utilizada até hoje a WIX. Os grupos, em conjunto, definiram a estrutura do site, os produtos, suas histórias e como o site poderia ser organizado, com ênfase nos “saberes compartilhados” e nas experiências do “acontecer solidário”, nos quais compartilharam suas vivências. Essa abordagem de construção coletiva não apenas se refletiu na elaboração do site, mas também na contínua troca de experiências e vivências inseridas nele e na interação com aqueles que o acessam. Um dos objetivos do Enlaces é propiciar aproximação entre os grupos, os consumidores, entre trabalhadores e trabalhadoras, entre sujeitos que se identificam na prática e na busca de um mundo mais justo, democrático e solidário” (Enlaces, 2020). Essa colaboração ativa entre diferentes grupos da economia solidária não apenas permitiu a criação de um recurso valioso, mas também fortaleceu os laços entre os participantes, promovendo uma cultura de aprendizado e compartilhamento de conhecimento que se revela vital em tempos desafiadores.

Como o site Enlaces influenciou a continuidade das trocas de experiência e a divulgação da economia solidária e EES durante e após o período de pandemia de Covid-19? Ferramentas como os sites e redes sociais tornaram-se cruciais na vivência humana e na

divulgação de qualquer coisa, e os princípios colaborativos que moldam a economia solidária precisam se adequar a essa realidade. Desde o início, o Enlaces promoveu uma evolução no modo como a economia solidária, na região de João Pessoa, apresenta suas ações, uma vez que agora dispõe de uma ferramenta amplamente divulgada e um espaço totalmente dedicado a esse campo, promovendo os grupos, expondo produtos e realizando campanhas próprias ou em parceria, como a dos brinquedos em rede e a campanha de São João. Seu objetivo é ressaltar a relevância do desenvolvimento de tais ferramentas para disseminar e promover a troca de experiências e o compartilhamento de conhecimento entre grupos da economia solidária e incubadoras. Essa abordagem respeita os princípios colaborativos e serve como base para futuras investigações na área, enfatizando a necessidade de fortalecer e fomentar a interação e o aprendizado contínuo.

Quanto à visibilidade, o foco permaneceu na promoção de ações e estratégias de divulgação dos grupos e de seus produtos no Instagram e no site. Isso resultou em um alcance de 6.716 contas no Instagram e um crescimento notável de 351,74% entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro de 2023. Além disso, o site registrou um aumento de 72% nos acessos e 79% de novos visitantes, demonstrando a ampliação da presença da plataforma.

No que diz respeito ao fortalecimento dos grupos, houve ênfase em ações de formação e acompanhamento contínuo, visando aprimorar os processos de produção e autogestão no trabalho, bem como resolver questões organizacionais e burocráticas. Destacam-se os esforços de capacitação, incluindo uma oficina realizada em Pocinhos, a convite da prefeitura.

Quanto às feiras, foram criados espaços de encontro, aproveitando eventos acadêmicos na UFPB e outras ocasiões externas, como a feira agroecológica Senhor do Bonfim e a Feira Estadual de Economia. O objetivo é permitir a participação dos EES em sua organização, especialmente com as características específicas das feiras da economia solidária. A feira é concebida como uma oficina estratégica, fornecendo formação e acompanhamento aos grupos para que possam



A feira é concebida como uma oficina estratégica, fornecendo formação e acompanhamento aos grupos para que possam integrar suas práticas solidárias em um espaço que os represente em todos os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, ambientais e solidários.



Uma das feiras onde membros do grupo conduzem oficinas como forma de saberes compartilhados.

integrar suas práticas solidárias em um espaço que os represente em todos os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, ambientais e solidários.

Apesar dos desafios enfrentados em sua jornada diária, o projeto conseguiu executar com êxito suas atividades planejadas. É importante ressaltar a ênfase dada aos processos de incubação por meio da realização de feiras de economia solidária e análises minuciosas dos grupos, o que contribuiu para o nascimento de mais dois projetos, o Projeto Feiras Solidárias e o AGEES, que nasceram do Enlaces buscando atender outras demandas específicas dos grupos. As atividades do projeto serviram de suporte para a política pública estadual, como um exemplo metodológico na seleção de EES para equipamentos públicos.

Os estudantes estiveram envolvidos em todas as etapas do projeto, com destaque para sua participação na organização da Oficina de Economia Solidária em Pocinhos. Eles puderam aplicar os conhecimentos adquiridos durante sua participação no projeto na execução da Oficina.

Esses resultados ressaltam a necessidade contínua das ações, que não apenas contribuem para a prática da economia solidária, mas também fomentam práticas sustentáveis, valorizam a cultura local e promovem a solidariedade. Em última análise, o projeto desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável.



Irismá Maria Alves de Oliveira é graduanda de Bacharelado em Gestão Pública na UFPB. Participou das atividades de iniciação à docência, desempenhando o papel de monitora. Trabalhou em projetos de extensão, notadamente um voltado para a economia solidária e segurança alimentar, vencedor do prêmio Elo cidadão. Assumiu a coordenação do planejamento estratégico de um centro de ensino da UFPB, adotando um modelo participativo. Suas contribuições incluíram publicações, destacando-se nos ANAIS ENID UFPB e no congresso SOBER-NE.



Matheus Barboza da Silva é graduando de Bacharelado em Gestão Pública na UFPB. Já desenvolveu trabalho voluntário e participa ativamente em atividades como monitoria de projetos de docência em gestão pública, extensões voltadas para a economia solidária e combate à insegurança alimentar. Trabalha no projeto Espaços Colaborativos da Economia Solidária (ENLACESPB) e integra o LabGov.



Vanderson Gonçalves Carneiro é doutor em Ciência Política e professor do Departamento de Gestão Pública da UFPB e do programa de pós-graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional. Coordenador da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES/UFPB) e chefe do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR/UFPB.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Singer, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Enlacespb. Disponível em: . Acesso em: 1 de novembro de 2023.

Azevedo F. S.; Morais, L.; Chiariello, C. L. As contribuições da Economia Solidária no contexto da Covid-19: o caso das hortas comunitárias em Araraquara (SP), Brasil. *Sobre México Temas de Economia*, 2021. v. 2, n. Especial, p. 104-126. Acesso em 30 set. de 2023.

MELO NETO, J. F.: *Extensão Universitária, Autogestão e Educação popular*. JP. Ed. Universitária/UFPB. Paraíba tem maior média de desigualdade econômica do país, aponta IBGE. G1. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/11/paraiba-tem-maior-media-de-desigualdade-economica-dopais-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2023.

SILVEIRA, Daniel. *Desigualdade de renda cresce no Nordeste e diminui nas demais regiões, aponta IBGE*. G1.2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/desigualdade-de-renda-cresce-no-nordeste-e-diminui-nas-demais-regioes-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2023. Relatório Banco Mundial

As cooperativas de catadores e a cadeia da reciclagem no Brasil

Por *Clician do Couto Oliveira* e *Dione Conceição de Oliveira*

A atividade de coleta, seleção e tratamento de resíduos adquire destaque por amenizar os efeitos da reprodução material da sociedade, que gera poluição em larga escala, e como estratégia de inserção dos trabalhadores que buscam desenvolver organizações de produção baseadas no trabalho associado ou cooperativado. Apesar das diretrizes de prover soluções para a questão ambiental e alterar a condição de vulnerabilidade das pessoas de maneira articulada, constata-se o desafio da sobrevivência de unidades produtivas autogestionárias no contexto de mercado. Faz-se mister entender as limitações impostas à organização e funcionamento das cooperativas e associações de catadores, os pontos de estrangulamento entre legislação, práticas sociais e as políticas públicas.

1) Comportamento das atividades da cadeia da reciclagem em uma década

Na base desta cadeia da reciclagem estão concentrados os empreendimentos de catadores e os catadores autônomos voltados para a coleta, separação e triagem de resíduos. É a fase que ocupa mais pessoal e onde se concentram as cooperativas de trabalho e associações. Os recicladores atuam como fornecedores a agentes intermediários, que organizam a infraestrutura necessária (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão e capital financeiro) para a compra dos materiais que são separados e oferecidos em grandes volumes às indústrias recicladoras. Estas últimas contemplam o pré-beneficiamento, o beneficiamento e a transformação dos recicláveis

em novos produtos, ocupam o topo da pirâmide, são em menor número e atuam com poder de monopólio.

O preço é um dos principais fatores que dificultam a venda dos resíduos recicláveis, pois está vinculado a outros agentes da cadeia, e a relação monopólio na qual as cooperativas ou associações se encontram praticamente anula seu poder de barganha. (Brumatti et al, 2011)

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ocorreu, entre 2010 e 2020, um encolhimento do número de cooperativas e associações das atividades que contemplam a cadeia da reciclagem. Além do percentual de as-

sociações e cooperativas no total de empresas voltados para essa atividade ser ínfimo, ocorreu no período uma redução mais significativa das unidades pertencentes a essas duas naturezas jurídicas, quando observamos o total: queda de 33% em associações, 41% em cooperativas e 23% para empresas.

Há predominância da natureza jurídica empresa, totalizando 14,9 mil em 2010 e 11,5 mil em 2020. Essa redução é justificada principalmente pela queda do número de empresas voltadas para a atividade de comércio de sucatas, que compreenderam 11,2 mil em 2010 e 7,2 mil em 2020, redução, portanto, de 36,4%.

Tabela 1 - Número de empresas dedicadas à coleta, tratamento e comercialização dos resíduos e variação acumulada por atividade, segundo natureza jurídica - Brasil- 2010/2020

Natureza Jurídica	Número de empresas						Variação acumulada		
	2010			2020			2020/2010		
	Recuperação de materiais	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	Total	Recuperação de materiais	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	Total	Recuperação de materiais	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	Total
Associações	20	34	54	31	5	36	55,0%	-85,3%	-33,3%
Cooperativas	88	158	246	69	77	146	-21,6%	-51,3%	-40,7%
Empresa	3.591	11.268	14.859	4.302	7.167	11.469	19,8%	-36,4%	-22,8%
Outras naturezas jurídicas	19	46	65	7	1	8	-63,2%	-97,8%	-87,7%
Total	3.718	11.506	15.224	4.409	7.250	11.659	18,6%	-37,0%	-23,4%

Fonte: RAIS, Elaboração própria



É um grande desafio entender os elementos que justificaram o encolhimento de 23% das unidades produtivas dedicadas à coleta, tratamento e comercialização de resíduos sólidos. Observa-se, em contraposição, que houve crescimento na recuperação de materiais para as empresas (20%) e para as associações privadas (55%); evolução contrária a todos os demais recortes.

Entre os dois recortes de atividades econômicas, há predominância da atividade de comércio atacadista de resíduos e sucatas, sendo 11,5 mil, em 2010, e 7,3 mil em 2020, correspondendo a redução de 37%. Porém,

a atividade com maior crescimento é de recuperação de materiais, com alta de 19%, saindo de 3,7 mil em 2010 para 4,4 mil em 2020.

Outra fonte importante para analisar o desempenho dos cooperativados vis a vis os não cooperativados e associados é a PNAD Contínua. Segundo essa pesquisa, o número de pessoas ocupadas no Brasil cresceu 5,85% entre 2012 e 2019 e o número de pessoas cooperativadas ou membros de associações reduziu em 3,32%, - de 1,5 milhões para 1,4 milhões - e o número de catadores (cooperativados, associados ou autônomos) cresceu 3,34% - de 470,3 mil para 486,1 mil (Tabela 2).

Tabela 2 - Número de pessoas ocupadas no País, em cooperativas e associações e recicladores, variação percentual e coeficiente de variação - Brasil - 2012/2019

Total e categorias selecionadas	Pessoal ocupado (valor absoluto)		Variação % (2019/2012)	Coeficiente de variação (%)	
	2012	2019		2012	2019
Total	89.695.299	94.939.234	5,85	0,2	0,2
Cooperativados e associados	1.489.226	1.439.792	-3,32	2,3	2,8
Recicladores	470.370	486.094	3,34	5,0	6,5

Fonte: IBGE, Microdado PNAD Contínua la visita.

Na Tabela 3, verifica-se que a participação dos catadores cooperativados e associados no total de catadores está em torno de 2,5%, porém estruturalmente maior que a participação de cooperativados e associados no total de pessoas ocupadas no Brasil (em torno de 1,6%). Destaca-se que houve queda de 8,43% e 8,68% na participação dos cooperativados e associados tanto no total Brasil quanto de catadores cooperativados e associados no total de pessoas cooperativadas e associadas, respectivamente.

Tabela 3 - Participação do número de pessoas ocupadas cooperativadas e associadas no total de pessoas ocupadas e do número de recicladores cooperativados no total de recicladores - Brasil - 2012/2019

Recortes selecionados	Participação do nº pessoas ocupadas		Variação % (2019/2012)	Coeficiente de variação	
	2012	2019		2012	2019
(Cooperativados e associados) / (Total de pessoas ocupadas)	1,66	1,52	-8,43	0,0	0,0
(Recicladores cooperativados e associados) / (Total de recicladores)	2,65	2,42	-8,63	0,3	0,4

Fonte: IBGE, PNAD Contínua 1a visita.

Portanto, conclui-se que os dados por empresa são bastante coerentes com os dados coletados nos domicílios a respeito da atividade econômica e da ocupação das pessoas. Em outras palavras, o número de cooperativas e associações voltadas para a reciclagem de resíduos sólidos se reduziu, ao mesmo tempo que o número de trabalhadores envolvidos nessas unidades produtivas também encolheu.

2) Efeitos esperados da Lei dos Resíduos Sólidos em contraposição aos resultados das cooperativas e associações de catadores em uma década

No Brasil, a Lei nº 12.305/2010 estabeleceu princípios, objetivos e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos. Estabeleceu, ainda, responsabilidades dos geradores, do poder público e dos consumidores e os instrumentos econômicos aplicáveis. Prevê, na elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com horizonte de 20 anos e atualização a cada quatro anos, metas para eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e a emancipação econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Uma importante diretriz é o fomento à participação de cooperativas, ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos Planos Estaduais e Municipais de Resíduos Sólidos. O cumprimento dessa diretriz constitui condição para que estados e municípios recebam com prioridade recursos relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, alcançando o objetivo de formalização, inclusão social e emancipação econômica dos catadores.

A Lei dos Resíduos Sólidos foi uma conquista social, protagonizada pelos movimentos sociais, notadamente pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, criado em 2001 durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável.

É preciso compreender as razões pelas quais, mesmo com o espaço inédito dado às cooperativas e associações como instrumento de formalização das atividades de catadores, não se obteve o resultado esperado.



No Brasil, a Lei nº 12.305/2010 estabeleceu princípios, objetivos e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos.

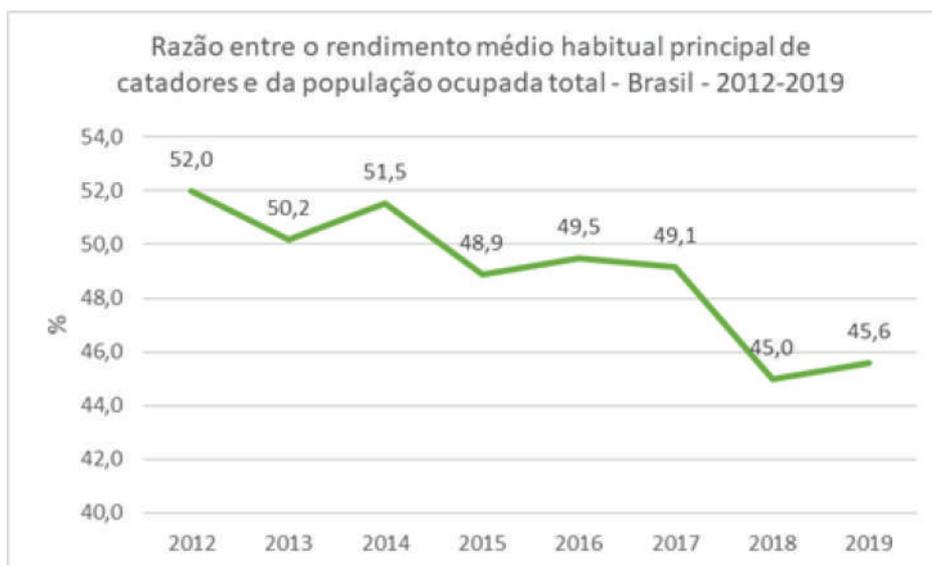
Estabeleceu, ainda, responsabilidades dos geradores, do poder público e dos consumidores e os instrumentos econômicos aplicáveis.



3) Rendimentos dos catadores associados e rendimentos de catadores independentes

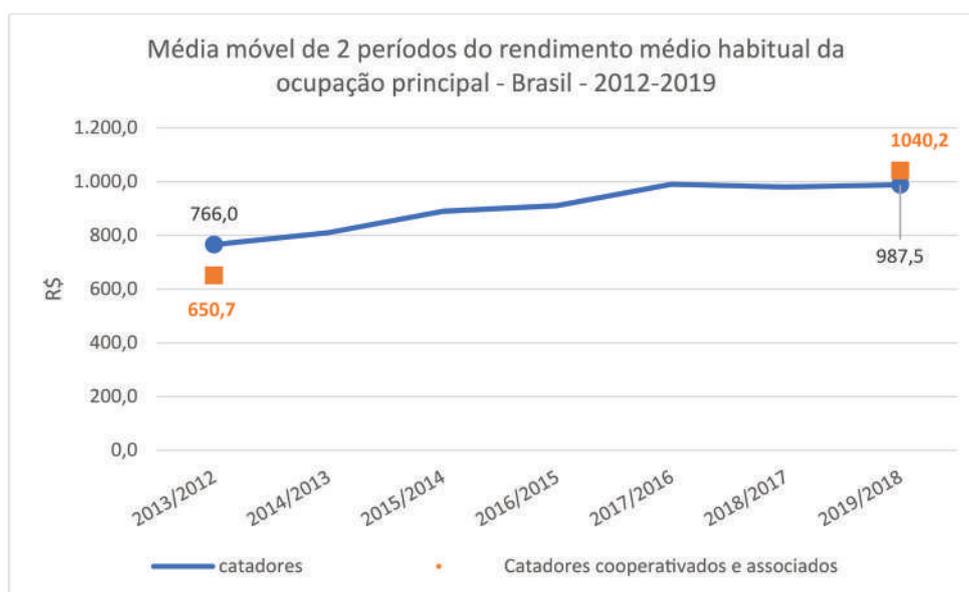
A evolução da razão entre o rendimento médio total habitual de recicladores e da população ocupada total, entre 2012 e 2019, indica queda do rendimento médio do catador em relação à média da população de 52,0% para 45,6%, reforçando a natureza vulnerável dessa ocupação. Conforme Oliveira (2011), a inserção dos catadores se dá de forma pouco orgânica, reproduzindo a condição de maior vulnerabilidade nas relações contratuais que estabelece com o sistema produtivo e comercial. Portanto, são “unidades que apresentam as piores condições de sobrevivência dos negócios e dos trabalhadores, reunindo as ocupações menos valorizadas socialmente”.

Gráfico 1



Fonte: IBGE. Microdados PNAD - Contínua Anual 1ª visita. Elaboração própria.

Gráfico 2



Nota: Estatística experimental.

Fonte: IBGE. Microdados PNAD-Contínua Anual 1ª visita. Elaboração própria.

O gráfico da média móvel do rendimento médio habitual da ocupação principal indica que a renda média do catador cooperativado segue menor que a do catador não cooperativado, exceto no último período referente à média de 2018 e 2019, quando os catadores cooperativados possuem rendimento médio de R\$ 1.040,2 e o total de recicladores R\$ 987,5. Nesse caso, levanta-se uma hipótese para a baixa adesão de recicladores à organização cooperativa ou associada da produção, qual seja, de que o rendimento do catador é menor quando ele se associa, sendo mais vantajoso ele permanecer disperso.

A baixa remuneração dos catadores cooperativados e associados é corroborada por relatos de experiências. O perfil do cooperativado ou associado indica que o trabalho associado lhe traz uma perspectiva de rede de apoio, apresentando, contudo, menor rendimento. As informações da PNAD Contínua para ocupações cooperativadas ou associadas, além de capturar poucos informantes nessa condição - o que reduz a precisão - foram descontinuadas em 2019. Portanto, serão necessárias outras linhas de pesquisa para verificação do argumento aqui apresentado.



A baixa remuneração dos catadores cooperativados e associados é corroborada por relatos de experiências. O perfil do cooperativado ou associado indica que o trabalho associado lhe traz uma perspectiva de rede de apoio, apresentando, contudo, menor rendimento."



Foto: Agência Brasília

4) Conclusão

A literatura sobre a formação e sustentabilidade de empreendimentos de associados (catadores de recicláveis e demais trabalhadores envolvidos na coleta e ressignificação do lixo) já havia demonstrado um conjunto de razões para que este tipo de organização não deslanchasse e se convertesse em forma sustentável de acolher esses trabalhadores.

Há dificuldade de gerir coletivamente negócio, considerando também a desinformação quanto às exigências para a constituição de cooperativas e associações e, conseqüentemente, a dificuldade de constituir uma organização formal, tendo em vista a baixa escolaridade e as limitações das condições de sobrevivência. Há demanda por uma suposta autonomia por parte dos catadores, provavelmente associada ao fato das cooperativas serem vistas como agentes externos e não como organizações autogeridas. Além desses elementos, a ausência de meios de produção necessários para efetuar outras fases do processo de reciclagem acaba sendo um impeditivo, pois isso seria necessário para aumentar a escala e adicionar valor ao produto. Estamos falando de meios de transporte, sede própria,

barracão para coleta seletiva e triagem, prensas, computadores, entre outros equipamentos.

Adquire papel explanatório preponderante o fato de a remuneração dos trabalhadores isolados obterem maior rendimento do que estando associados a outros trabalhadores, ainda que essa constatação requeira estudos adicionais.

A Lei 12.305/2010 criou incentivos para envolvimento e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos, e considerou o diagnóstico da dificuldade de sobrevivência dessas unidades produtivas sem apoio do Estado. É imprescindível a atuação coordenada do setor público mobilizando diferentes áreas de atuação: educação ambiental (em escolas, mas também para a população como um todo), coleta seletiva de forma permanente e abrangendo todas as regiões, fomento das cooperativas e associações, compartilhando com o serviço social as orientações às pessoas envolvidas.

O papel dos movimentos sociais tem sido fundamental para pressionar por mudança do marco regulatório, e para dar visibilidade e dignidade aos trabalhadores, entretanto, mudanças em escala nacional de forma ampliada só poderão ocorrer com a inserção do poder público municipal de forma sistemática.



Clician do Couto Oliveira é economista, com mestrado da Unicamp e doutorado na UFF. Conselheira no Corecon-RJ.



Dione Conceição de Oliveira é doutora em economia pela UFRJ, mestre em economia pela UFF, graduada em economia pela UFF. Servidora do IBGE desde 1997. Atualmente trabalha na Superintendência Estadual do Rio de Janeiro.

Referências

¹Agradecemos o valioso apoio, dedicação e paciência de Gabriel Henrique Oliveira Assuncao nos ensinamentos sobre programação R do pacote PNADc/IBGE. As autoras são servidoras do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual é isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos analíticos neste texto, que são de responsabilidade exclusiva das autoras.

²Presentes na Lei dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305, ago. 2010).

³Descrição da cadeia da reciclagem vide: Silva; Góes; Alvarez (2013); Dagnino; Johansen, (2017).

⁴"O monopólio se enquadra como uma estrutura de mercado, sendo caracterizado por um mercado onde há um único comprador para o produto de vários vendedores" (http://cm-cls-content.s3.amazonaws.com/LIVROS_UNOPAR_AEDU/Economia%20Industrial.pdf#page=9, pg.21)

⁵Recuperação de materiais, classes: 38.31-9 Recuperação de materiais metálicos; 38.32-7 Recuperação de materiais plásticos; 38.39-4 Recuperação de materiais não especificados anteriormente. Comércio atacadista de resíduos e sucatas, classe 46.87-7 Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão.

⁶Estes elementos foram citados por diferentes autores, entre eles: Silva (2020).

BRUMATTI, Lívia M.; BORGES, Ana CG; BRANCALEONI, Ana PL. Análise das dificuldades produtivas e de comercialização vivenciadas na Associação de Reciclagem de Jaboticabal-SP. Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social, v. 8, n. 1, 2011. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/download/536/487>. Acesso em: jan. 2023.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JOHANSEN, Igor Cavallini. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, n.62, abr. 2017. P. 115-125 Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7819>. Acesso em: jan. 2023.

OLIVEIRA, Dione. O Trabalho associado na dinâmica econômica brasileira. Editora Appris. Curitiba, 2022.

SILVA, Sandro. Reciclagem e economia solidária: análise das dimensões. Estruturas dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. In: _____. Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020, pp 129-149. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/201216_livro_dinamicas_da_economia_cap05.pdf. Acesso em: nov. 2022.

SILVA, Sandro; GÓES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9979>

Como fazer para que a economia solidária possa entrar nas escolas de economia?

Por Renato Dagnino



1 - Introdução metodológica

Responder esta pergunta supõe uma estratégia que vai além daquilo que esse texto pode conceber. Na impossibilidade de apresentar uma “solucionática”, o que ele pretende fazer é um diagnóstico da problemática. Para isso, ele se concentra numa indagação metodologicamente anterior, que é o primeiro passo para chegar lá: por que a economia solidária não está entrando na agenda das escolas de Economia?

É plausível pensar que a agenda de ensino, pesquisa e extensão dessas escolas (daqui para frente, simplesmente, agenda, em itálico) decorra de uma interação entre sistemas complexos de natureza social, econômica, produtiva e política (policy e politics).

Prosseguindo com o enfoque sistêmico, concentro a atenção na análise de dois sistemas (conceito que, destaque, se diferencia daquele de setores econômicos). A ideia de que o sistema economia solidária cresce nos interstícios de menor lucratividade do sistema economia capitalista, embora grosseira e imprecisa, é útil para modelizar sistemicamente a pergunta que pretendo ajudar a responder.

Explorá-la implica averiguar a correlação de forças entre dois atores situados no ambiente do ensino superior (ao qual me refiro, daqui para frente e simplesmente, como universidade), incluindo aqui as IFs que se ramificam para o ensino médio. O grupo dos que estão satisfeitos com o estado atual da agenda e o dos que possuem razões de natureza acadêmica para



Foto: Reprodução Agência Brasília

alterá-la para, nos limites de sua governabilidade e por esta via, chegar a remover os obstáculos de natureza cognitiva à expansão do sistema economia solidária.

Entendo por razões acadêmicas aquelas derivadas de questões estritamente disciplinares. Fundamentalmente, as que questionam a síndrome do arquipélago (a universidade é um conjunto de ilhas onde habitam “inexatos” ou “desumanos” que não desejam ou não conseguem construir pontes). E que aparecem mescladas com posicionamentos ideológicos que postulam uma missão institucional voltada para a demanda cognitiva dos pobres.

Para averiguar aquela correlação de forças, vou caracterizar aqueles dois sistemas que integram nossa economia capitalista periférica. É de sua interação que, em última instância, são gerados os obstáculos cognitivos e as razões acadêmicas que deles decorrem.

Há sobrada evidência acerca da extrema concentração de propriedade e de renda e do viés da estrutura estatal que garante e legitima o sistema economia capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção, na competição e na heterogestão. Por isso, me eximo de comentá-lo e me concentro na análise do sistema economia solidária, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, na solidariedade e na autogestão. Também, em favor da brevidade, não justifico aqui a relevância da proposta da Tecnociência Solidária como um marco analítico-conceitual, pelo seu foco no espaço cognitivo, para a mudança da agenda que esta coletânea busca desencadear.

2 - Introdução histórico-conceitual

A Primeira Semana Social Brasileira, em 1991, que teve como tema “Mundo do trabalho, desafios e perspectivas”, registrou o apoio da Cáritas, das pastorais sociais e de sindicatos a grupos de economia popular solidária.

A Economia Solidária (ES), como conceito, apareceu no Brasil em 1996 em artigo publicado por Paul Singer na Folha de S. Paulo. Desde então, apareceram bem mais de uma centena de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema.

No âmbito acadêmico, devido a uma intenção de contrabalançar o viés fomentado pelas incubadoras de empresas e Núcleos de Inovação Tecnológica, a ES aparece com a criação da primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares na UFRJ em 1995. Essa iniciativa foi uma espécie de modelo para as que passaram a funcionar em mais de uma centena de universidades mediante apoio governamental.

Como política pública, a ES surge em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob a coordenação de Paul Singer. A partir de então, até o golpe de 2016, apareceram o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, os Conselhos de Economia Solidária em vários governos estaduais, os Centros de Formação, a Agência de Desenvolvimento Solidário, as leis estaduais e municipais, a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Economia Solidária, etc. Centenas de projetos visando a apoiar os empreen-



A Economia Solidária (ES), como conceito, apareceu no Brasil em 1996 em artigo por Paul Singer publicado na Folha de S. Paulo por Paul Singer. Desde então, apareceram bem mais de uma centena de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o tema."

dimentos que iam “brotando” pela mobilização do movimento da ES foram financiados. Embora esse conjunto de iniciativas já estivesse perdendo força, foi o golpe de 2016 que precipitou o seu desmonte. Sucedendo a um importante debate ocorrido em 2022 acerca de como introduzir a ES de modo transversal e sistêmico na política pública, foi criada em 2023, novamente no MTE, a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

No nosso tecido econômico, a ES se organiza mediante uma infinidade de redes de produção e consumo, bancos comunitários, moedas sociais, etc. que, apesar de não contarem com subsídio governamental semelhante àquele que recebem as empresas, crescem nos interstícios de menor lucratividade do sistema economia capitalista

Como movimento social, ela funciona como uma espécie de correia de transmissão entre esses dois âmbitos (o econômico e o da política pública), em numerosos fóruns de abrangência municipal, estadual e nacional onde se discutem as ações dos empreendimentos solidários, suas demandas, e se busca encaminhar suas propostas junto ao governo.

No âmbito político, a ES se expressa por meio de grupos como o Núcleo de Apoio às Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo e as Setoriais estaduais e nacional de Economia Soli-

dária do PT. E, na esfera parlamentar, na criação de várias frentes de legisladores dispostos a apoiar o sistema economia solidária.

No âmbito do Cofecon, com a criação do grupo que auspicia a elaboração deste texto, se inicia um processo que, aproveitando os terrenos férteis, pode contribuir decisivamente para a alteração da agenda.

3 - Obstáculos cognitivos exógenos

Embora ideias e teorias alinhadas com aquilo que chamamos hoje de ES sejam tão velhas quanto o próprio capitalismo, e que eventos transcorridos durante a Comuna de Paris, a Guerra Civil Espanhola, a Revolução dos Cravos, e o Chile de Allende tenham assinalado alternativas a ele, a hegemonia do sistema economia capitalista não permitiu que ela penetrasse no âmbito acadêmico.

Há que reconhecer que depois do reinado Keynesiano da época de ouro do Estado do Bem-estar, do pouco sucesso da experiência socialdemocrata e do impacto do inovacionismo neoschumpeteriano patrocinado pela avalanche do neoliberalismo, pouco ali sobrou do pensamento crítico aparentado com o marxismo que pudesse colocar a ES na agenda.



4 - Obstáculos cognitivos endógenos

Por estarmos situados num território periférico, cujas elites se auto infligem uma cômoda e funcional condição de dependência cultural (e, portanto, acadêmica), era de se esperar, por aqui, algo semelhante ao que se apontou.

Apesar de ter um sido um território prenhe de poderosas contribuições revolucionárias nas Ciências Humanas, e em particular na Economia, focadas nas implicações socioeconômicas da condição periférica, pouco sobrou para ser mobilizado no sentido que nos interessa.

O impacto daquela avalanche neoliberal em nossa universidade pública, e nela me concentro por razões óbvias, a tornou um polo irradiador das ideias, teorias, *best practices*, *successful cases*, *benchmarkings* e outros instrumentos metodológico-operacionais empresariais aderentes ao seu marco analítico-conceitual e, por isto, coerentes com a reprodução dos valores e interesses do sistema economia capitalista.

O que, no limite, faz com que mesmo professores que são partidários da ES e até os que militam no campo da extensão atuem, por desconhecimento, em consonância com uma agenda pouco coerente com os valores e interesses do sistema economia solidária

Por considerar os obstáculos cognitivos como sendo os fundacionais e, também, os mais importantes a serem atacados para a modificação da agenda, e por ser a universidade pública o locus onde deve ocorrer essa transformação, é intuitiva a ideia de que é nela que deve concentrar-se a ação do Cofecon. No que segue, depois de analisar elementos ainda pouco tratados, indico algumas mediações a essa ação.

5 - Movimentos centrífugos e centrípetos

Para ir concluindo na direção da pergunta de “como remover os obstáculos cognitivos?” resgato uma crítica que tenho feito à atuação dos partidários de movimentos contra-hegemônicos na universidade. Ela aborda o que eu tenho me referido, para analisar casos semelhantes ao da ES, como um movimento centrífugo. Este movimento, que afasta os atores descontentes do centro do círculo de poder da universidade

em que se disputa a hegemonia acerca de sua orientação, é justificado por eles como necessário para gerar um espaço de acumulação de forças. Ou, mais pragmaticamente, como uma alternativa que permite, em conjunto com seus pares que com eles comungam orientações cognitivas e razões acadêmicas, a realização profissional que merecem.

O movimento centrípeto focado na disputa por hegemonia no âmbito desse círculo de poder é preterido. Uma falsa moral defendida pelos que querem manter o *status quo*, que alegam querer preservar a pluralidade, autonomia e liberdade de cátedra, potencializam o movimento centrífugo. O movimento centrípeto, potencialmente capaz de melhor aproveitar a energia desses atores insatisfeitos e cooptar seus pares para uma via distinta, ao ser desqualificado, os leva a não se envolver com a modificação da sua agenda, hoje aderente ao sistema de economia capitalista.



Ao invés de atuar politicamente no sentido de orientar essa agenda na direção do sistema economia solidária e, em particular, ao que tenho denominado, particularizando o espaço cognitivo, de **Tecnociência Solidária, esses partidários da ES têm se afastado deste centro."**

Ao invés de atuar politicamente no sentido de orientar essa agenda na direção do sistema economia solidária e, em particular, ao que tenho denominado, particularizando o espaço cognitivo, de Tecnociência Solidária, esses partidários da ES têm se afastado deste centro. Muitas vezes, por razões compreensíveis de “sobrevivência”, eles buscam outros locii, como, por exemplo, as incubadoras. Ali se desenvolve, devido à atuação de alunos e escassos professores (na sua quase totalidade provenientes das ciências humanas e dedicados à extensão), um notável processo teórico-prático de mudança de agenda. Em que pese o seu caráter importante, criativo e revolucionário, ele se limita ao escasso número de alunos que, insatisfeitos com o conhecimento que vêm recebendo, se aproximam das incubadoras.

O processo em curso de curricularização da extensão é uma “janela de oportunidade” fundamental a ser aproveitada para desencadear um movimento centrípeto orientado à disputa de hegemonia contra aqueles que, alegando aquela falsa moral, defendem a manutenção da agenda do sistema economia capitalista no âmbito da universidade pública. E, também, à sedução e cooptação daqueles que ainda ignoram as alternativas a essa agenda que, há três décadas, vem sendo concebidas naqueles diferentes âmbitos mencionados.

6 - Como remover os obstáculos cognitivos? Olhando para trás

Há muito ocorrem na América Latina movimentos centrípetos visando a evitar a reprodução acrítica (e em grande medida autoimposta, devido à crença no mito transideológico da neutralidade e do determinismo da tecnociência) da agenda de ensino, pesquisa e extensão praticada nos países centrais.

Um dos movimentos mais bem estruturados e mais importantes para o objetivo deste texto, embora não tenha alcançado muito êxito, é o desencadeado pelo Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS). Já na década de 1970, ele propunha mudanças na agenda orientadas à geração de conhecimento aderente a um projeto nacional que visava à soberania em relação aos países

centrais e ao atendimento das “necessidades básicas” da população. A avaliação que faço do acerto com que seus fundadores conduziram os momentos descritivo e explicativo de sua análise é tão positiva, que é nela em que eu me apoio para a elaboração do marco analítico conceitual que origina a proposta da Tecnociência Solidária.

Em relação ao momento normativo, entretanto, minha avaliação é distinta. A circunstância em que vivia a América Latina, levou a que o PLACTS, embora reconhecesse as limitações (evidenciadas pela Teoria da Dependência) que o imperialismo e a classe proprietária colocavam ao que desejavam, não conseguiu a adesão da universidade para alterar sua agenda.

Naquela circunstância, com uma esquerda dividida entre um projeto de adesão a uma burguesia nacional supostamente capaz de enfrentar-se ao imperialismo e outro que propunha a luta armada, a questão da mudança da agenda não foi abordada de modo consequente. O primeiro projeto tinha como ator central a empresa nacional. Contudo, para atender ao consumo imitativo de bens e serviços já engenheirados no Norte, ela não precisava inovar (explorar mais-valia relativa) como lá tipicamente funciona o capitalismo. Pelo contrário, as empresas locais podem seguir aproveitando-se da possibilidade mais cômoda de usufruir da mais-valia absoluta - essa variante especialmente espoliadora do capitalismo periférico engendrada pela classe proprietária e “seu” Estado. O projeto que ainda persiste, reprisando a noção de nacional desenvolvimentismo, sob a forma da proposta em curso da Neoindustrialização, apoiado no mito transideológico da neutralidade e do determinismo da tecnociência, explica, em última instância, porque a questão da agenda permaneceu afastada da política universitária.

7 - Como remover os obstáculos cognitivos? Olhando para a frente

A Introdução histórico-conceitual indica uma mudança nessa situação. Um marco analítico-conceitual que renova o PLACTS e o pensamento de autores estrangeiros e, principalmente, nacionais (como Paulo Freire e

Darcy Ribeiro), e o surgimento de um novo ator, o movimento da ES, podem alterar a correlação de forças em favor daqueles que querem mudar a agenda.

Entre os muitos fatores que contribuem para o fortalecimento desse novo ator, está um ameaçadoramente atual, a consciência acerca da necessidade de superar o agravamento da crise sistêmica do capitalismo. E também o fato de que no nível individual estrito, do seu negócio, a empresa, mesmo que se dispusesse fazê-lo, é incapaz de internalizar as externalidades negativas que vem causando. A que o fizer, contrariando a lógica atomizada e intrinsecamente egoísta que a rege, será excluída do mercado por não conseguir transferir seu maior custo de produção ao preço.

Mas, entre esses fatores, o que quero ressaltar, dada sua característica de um possível “fato portador de futuro” para a promoção da mudança da agenda, é a existência de um governo em que muitos de seus dirigentes de esquerda, sobretudo os que estudaram algo de Economia, pertencem a uma geração que conheceu e valorizou a ES.

Para mobilizá-los, o Cofecon deveria, em primeiro lugar, considerar que talvez seja a necessidade de contemplar o interesse de outros integrantes da coalizão de governo, o que explique o fato de eles não estarem ainda atuando de forma suficientemente incisiva.

Alguns deles não têm ressaltado a especificidade do sistema economia solidária e o mencionam de modo indiferenciado em relação a propostas como a da economia criativa, circular, popular, verde, de impacto ou sustentável, que,

na realidade atendem a outros interesses e valores. Enredados na contumaz armadilha socialdemocrata de tentar efficientizar o sistema economia capitalista para poder financiar políticas socializantes, não levam em conta a importância da orientação dos volumosos recursos da compra pública para a ES, crescentemente entendida pelos partidários da ES como a principal forma de expandir e consolidar suas redes de produção e consumo e, dessa maneira, aproveitar seu papel indutor de um estilo de desenvolvimento mais justo e sustentável. Ela é vista, ademais, como garantidora da governabilidade que precisa o atual governo.

Há que fazer com que esses dirigentes políticos materializem seu grande poder de alavancagem de mudança da agenda. Junto com os setores mais diretamente envolvidos com o sistema economia solidária e, em particular, no campo em que se centra este texto, com os professores, alunos e funcionários da universidade (onde evidentemente o Cofecon deve seguir atuando), eles precisam ser cooptados.

Uma oportunidade para avançar nesse sentido foi o XXV Congresso Brasileiro de Economia, realizado em novembro, onde houve uma mesa organizada pelo Cofecon em que pela primeira vez se conseguiu divulgar o tema da ES no âmbito dos economistas mais destacados. Como providência passível de ser encaminhada em seguida, arrisco sugerir que ele envie um documento aos dirigentes políticos que demonstraram no passado simpatia com a ES, solicitando que sugiram providências no sentido de alteração da agenda.



Renato Dagnino é professor titular na Universidade Estadual de Campinas (professor visitante em várias universidades latino-americanas) nas áreas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e de Política Científica e Tecnológica. É engenheiro, estudou Ciências Humanas e Economia no Chile e no Brasil, onde fez seu doutorado.

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral

#Episódio19

DESCOMPLICANDO A ECONOMIA

Na tirinha de hoje:
que é **Economia Solidária**

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

9.5k 15k Comments

Like Comment Share

The image shows a social media post for a comic strip. The post features a cartoon illustration of two men standing on a wooden swing set. The man on the left is wearing a light blue shirt and tan pants, while the man on the right is wearing a light blue shirt, a dark tie, and dark pants. The background of the illustration shows a park-like setting with trees and a blue sky. The post includes a title, a subtitle, and logos for COFECON and CORECON. It also displays engagement metrics like '9.5k' and '15k Comments' and interactive buttons for 'Like', 'Comment', and 'Share'. There are several floating social media icons around the post, including blue thumbs-up icons and red hearts.

Saiba mais!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Colaboração: um mundo de oportunidades

Por *Ladislau Dowbor*



“Continuar a administrar nossa economia para maximizar a riqueza dos poucos é o caminho da loucura. Vamos enfrentar o fato que um-terço do PIB está sendo extraído pela indústria da finança.”

Marjorie Kelly,
Wealth Supremacy, p.192¹

“Temos de acordar para o fato de que a ‘mão invisível’ é invisível porque não existe – ou, se existe, se dedica a servir aos ricos, despercebidamente”.

Muhammad Yunus,
Um mundo de três zeros, p. 70²

Nosso problema não é a falta de recursos, é a desigualdade. A conta é simples: o valor dos bens e serviços produzidos no ano 2022, 10 trilhões de reais, dividido pela população de 203 milhões, equivale a 16 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Por mais simplório que possa parecer esse cálculo, é real: o que produzimos permite que todos vivam de maneira digna e confortável, bastando uma muito moderada redução da desigualdade. Em termos de contas nacionais, poderemos utilizar a renda nacional líquida em vez do produto interno bruto, ou acrescentar o capital acumulado – redes de água e ruas pavimentadas fazem parte do bem-estar das famílias. Mas, de toda forma, o nosso problema não é essencialmente econômico (de falta de recursos) e sim de organização política e social: o que produzimos, para quem, e com que impactos ambientais. São escolhas políticas.

Se falamos em corrigir as deformações mais gritantes do nosso sistema tributário, tributando grandes fortunas ou sobre heranças, a mídia comercial ataca com “ser rico não é pecado”. Pode não ser pecado, mas precisa ser merecido. No Brasil, poucos ricos merecem a sua riqueza e, sem dúvida, os pobres não merecem essa pobreza. Não é uma questão de “mercados”, mas de decência humana, atitude ética e bom senso econômico. Dinheiro na base da sociedade



dinamiza a economia, gera mais atividades e empregos e resulta no equilíbrio fiscal (não pela fada da “austeridade”, com “redução dos gastos”, e sim pelo aumento das atividades e da arrecadação). É bom senso.



Marjorie Kelly coloca uma questão evidente: “Vamos expor o fato de que um terço do PIB está sendo extraído pela indústria da finança” (p. 192). São intermediários, não produtores.

Nonosso caso, no Brasil, são intermediários que praticam usura. Se não tivessem tirado o artigo 192º da Constituição, a taxa de juros que hoje praticam constituiria “crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar”. Não pararam de praticar o crime, tiraram a lei que assim o qualificava. Não

precisaram de uma nova Constituinte. Com que facilidade se rasga a Constituição!

A taxa de juros sobre a dívida pública drena cerca de 7% do PIB. É dinheiro que o Estado poderia usar para investir em universidades, infraestruturas, políticas sociais. A agiotagem sobre pessoas físicas, com juros médios de 55,8% (no resto do mundo é em torno de 5% ao ano), drena a capacidade de consumo das famílias, o que trava o principal motor da economia. São 10% do PIB, com 71 milhões de adultos inadimplentes, e 79% das famílias atoladas em dívidas. Para pessoas jurídicas, em particular a pequena e média empresa, a taxa média cobrada é de 23%, contra uma média de 3% no resto do mundo. Aqui o dreno é da ordem de 3% do PIB. Somando, o dreno financeiro por meio da usura é da ordem de 20% do PIB.

Ao dreno dos juros devemos acrescentar a evasão fiscal e renúncias. A evasão não é praticada pelos pobres, que pagam impostos embutidos nas compras, nem pelos assalariados, com imposto descontado na fonte. É praticada pelos mais ricos, e o SINPROFAZ estima esse valor em 6% do PIB. Também são os grandes que conseguem renúncia fiscal, que representa cerca de 5% do PIB. Aqui não é dreno como os juros, é o que deixa de entrar. Um terceiro grupo de apropriação improdutiva resulta da tributação deformada: lucros e dividendos distribuídos não pagam impostos, a Lei Kandir isenta de impostos a produção de bens primários para exportação, o Imposto Territorial Rural (ITR) simplesmente não é cobrado, o imposto sobre a herança é baixíssimo se comparado com o resto do mundo. Não temos avaliação de quanto é o prejuízo, para a sociedade, desta estrutura tributária que penaliza o grosso da população e isenta os ricos e exportadores primários. Estamos, no Brasil, bem acima da marca de um terço do PIB apresentado por Marjorie Kelly. É a chamada financeirização, versão brasileira.

O resultado prático é que apenas dois setores da economia estão a pleno vapor: a exportação de bens primários, que drena recursos naturais e nos coloca de volta numa situação neocolonial, e os ganhos de intermediação financeira, com a especulação da Faria Lima, o dinheiro em paraísos fiscais e a agiotagem

generalizada. Os 280 bilionários que a Forbes apresenta em 2023 geram as suas fortunas essencialmente com rentismo de diversos tipos, se apropriando de recursos naturais no setor primário e do dinheiro de terceiros no setor financeiro. O Brasil se desindustrializou, temos 33 milhões de pessoas passando fome, com milhões de crianças prejudicadas para o resto da vida, e 125 milhões em insegurança alimentar. Só de grãos, o Brasil produziu, na última safra, mais de 4 quilos por dia por pessoa. A Índia simplesmente proibiu a exportação de trigo e arroz, privilegiando o consumo interno. É opção política. Só sabemos produzir soja?

Trazemos este pano de fundo, apresentado em detalhe no livro *Resgatar a Função Social da Economia* e no artigo *O Dreno Financeiro*³, porque é a base sobre a qual precisamos construir uma economia solidária, que sirva à população e não destrua o meio ambiente. Este é o ponto de partida. Muhammad Yunus resume: “Precisamos abandonar nossa fé inabalável no poder dos mercados centrados no lucro pessoal para resolver todos os problemas e entender que a desigualdade não será resolvida pelo funcionamento natural da economia como ela é estruturada hoje. Pelo contrário, os problemas se tornarão cada vez mais graves muito rapidamente” (p.8).

Há uma mudança de valores na base desta transformação; mudança lenta, mas que se acelera à medida que se tornam evidentes os desastres causados pela convergência das crises ambiental, social e financeira. O essencial da mudança é a compreensão de que a maximização dos interesses individuais não gera o bem comum, pelo contrário, nos leva a uma catástrofe sistêmica. Temos de equilibrar os nossos interesses individuais com a preocupação pelo bem-estar de todos e da natureza. Não é sonho, é simplesmente possível.

Na China, um elemento essencial da dinâmica é o equilíbrio entre a utilidade individual e a contribuição para a sociedade. São valores fortemente ancorados numa civilização do arroz, baseada, historicamente, no acesso comum à água e na colaboração. Mas a mudança cultural é travada pelo universo da comunicação comercial, que, na busca de maximização de engajamento,

estimula valores individuais, polarizações sociais, a guerra de todos contra todos. Não podemos subestimar esta guerra de comunicação comercial que nos joga uns contra os outros e nos fragmenta como sociedade. Na era da revolução digital, “cada vez mais, a commodity realmente escassa é a atenção do ser humano”, diz o CEO da Microsoft. O modelo do sucesso individual que nos empurra gera uma catástrofe geral. Max Fisher chama adequadamente o processo a que estamos submetidos de “a máquina do caos”.⁴(p.161).

Mas a mesma revolução digital, hoje dominada por gigantes corporativos, abre espaço para a inversão do processo. Primeiro porque o conhecimento, hoje o principal fator de produção, pode ser generalizado sem custos adicionais. Um relógio é um bem rival; se eu o entrego, deixo de tê-lo. O conhecimento que tenho pode ser repassado para todos sem que eu deixe de possuí-lo. A base econômica da sociedade pede sistemas colaborativos muito mais produtivos do que a competição, neste quadro do “imaterial” em que os avanços científicos de um podem contribuir para o avanço científico de todos.

Essa transformação fundamental na própria base dos processos produtivos é reforçada pela conectividade global. Don Tapscott e Anthony Williams sistematizam essas mudanças no livro *Wikinomics*.⁵ “Ferramentas como blogs, wikis, salas de bate-papo, redes peer-to-peer e transmissões pessoais estão dando aos trabalhadores individuais um poder sem precedentes para se comunicar e colaborar de maneira mais produtiva. Isso, por sua vez, está engendrando uma nova revolução qualitativa na colaboração no local de trabalho” (p.200). Ou seja, as mesmas ferramentas hoje apropriadas pelo Alphabet (Google), Meta (Facebook), Amazon e outros manipuladores globais, podem ter o seu sentido político invertido e passar a ser utilizadas para processos colaborativos.

São as plataformas colaborativas. Arun Sundararajan, no livro *A Economia Compartilhada*, lista inúmeros exemplos dessas transformações⁶. A Uber cobra tipicamente 30% do que pagamos por uma corrida, pelo simples fato de disponibilizar uma plataforma. A cidade de Araraquara montou uma plataforma colaborativa



Apenas dois setores da economia estão a pleno vapor: a exportação de bens primários, que drena recursos naturais e nos coloca de volta numa situação neocolonial, e os ganhos de intermediação financeira, com a especulação da Faria Lima, o dinheiro em paraísos fiscais, a agiotagem generalizada."



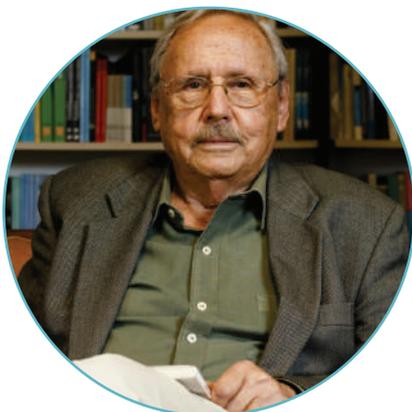
local, um uberzinho, Bibi Mob (de mobilidade), em que os motoristas recebem 95% do valor, pois os custos de uma plataforma são ridículos. Mais de 200 cidades passaram a utilizar o sistema. Há alguma lógica para que tenhamos de transferir para acionistas globais da Uber parte do que pagamos por uma corrida no Brasil? Quem está no plano de saúde da Notre Dame paga dividendos para acionistas internacionais da BlackRock? Temos de nos submeter a esses drenos financeiros improdutivos?

Um exemplo particularmente importante de plataformas colaborativas são as plataformas locais, por território. O bairro da Casa Verde, em São Paulo, criou uma plataforma local, acessada por grande parte dos residentes, envolvendo bares, escolas de samba, empresas, igrejas, gerando atitudes colaborativas e construção de capital social entre os habitantes, aproveitando a conectividade. A experiência, Nosso Núcleo Casa Verde, permite que uma pessoa aposentada produza bolos para a vizinhança, ou que um grupo utilize infraestruturas subutilizadas locais para organizar uma pequena empresa, e assim por diante. Um jovem desempregado pode prestar serviços de apoio a um idoso no mesmo prédio. É conectar efetivamente demandas e ofertas. O conhecimento, a tecnologia e a conectividade, articulados de maneira inteligente, podem dinamizar um conjunto de atividades colaborativas, reconstruindo capital social, com mais solidariedade e aproximação entre as pessoas.⁷ A urbanização generalizada ajuda. É um imenso potencial ainda pouco explorado.

Um papel particular deve ser atribuído às finanças de proximidade, bancos comunitários

de desenvolvimento, cooperativas de crédito, moedas digitais locais, toda e qualquer iniciativa que permita escapar à agiotagem generalizada praticada pelo sistema financeiro. Vimos acima como é catastrófico esse dreno improdutivo. Hoje, cerca de 180 bancos comunitários de desenvolvimento se reapropriam das suas finanças, dinamizando produção e comércio locais, reduzindo o pedágio e o dreno financeiro. Mas temos de retomar de maneira muito mais ampla o papel que, por exemplo, o BNB já teve em termos de microcrédito em larga escala e assegurar um papel de fomento mais amplo das cooperativas de crédito. Trata-se, aqui, da principal deformação da nossa economia, acompanhada de narrativas simplesmente mentirosas, além do absurdo de apresentação dos juros ao mês. As finanças locais, resgatando a função fomentadora das nossas poupanças, têm um papel fundamental a desempenhar.

Eu vejo a economia solidária inserida num contexto mais amplo de transformações estruturais que o mundo atravessa. Em particular, do lado dos desafios, a catástrofe ambiental, a desigualdade explosiva e o caos financeiro. Do lado dos potenciais, as oportunidades abertas pela revolução digital. A centralidade do conhecimento na nova economia, o seu caráter em grande parte imaterial e a conectividade global permitem que a colaboração, a solidariedade e a sinergia de esforços pelo bem comum assumam um papel central na transformação da sociedade. Esse é o tamanho dos desafios. Não à toa, tantos se referem ao processo que vivemos como crise civilizatória. Na própria crise estão as oportunidades.



Ladislau Dowbor é graduado em Economia Política pela UNIL, mestre em Economia Social e doutor em Ciências Econômicas pela ESEP/Varsóvia. Professor da PUC-SP. Foi durante cinco anos assessor técnico da ONU e consultor do secretário geral da entidade.

Referências:

¹ Marjorie Kelly – *Wealth Supremacy: how the extractive economy and the biased rules of capitalism drive today's crises* – Berrett-Koehler Publishers, Oakland, 2023 - <https://dowbor.org/2023/10/wealth-supremacy-how-the-extractive-economy-and-the-biased-rules-of-capitalism-drive-todays-crises.html>

²Muhammad Yunus – *Um mundo de três zeros: a nova economia de zero pobreza, zero desemprego e zero emissões líquidas de carbono* – Ed. Voo, Osasco, 2023

³L. Dowbor – *Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade humana* – Ed. Elefante, 2023 - <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>
- L. Dowbor – *O dreno financeiro – Nota técnica – 2023* - <https://dowbor.org/2023/02/o-dreno-financeiro-que-paralisa-o-pais-a-farsa-do-deficit.html>

⁴Max Fisher – *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo* – Ed. Todavia, São Paulo, 2023 - <https://dowbor.org/2023/06/a-maquina-do-caos-como-as-redes-sociais-reprogramaram-nossa-mente-e-nosso-mundo.html>

⁵Don Tapscott e Anthony Williams – *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio* – Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2006 - <https://dowbor.org/2008/03/wikinomics-2.html>

⁶Arun Sundararajan – *A economia compartilhada* – Editora Senac, São Paulo, 2016 - <https://dowbor.org/2019/01/arun-sundararajan-economia-compartilhada-o-fim-do-emprego-e-a-ascensao-do-capitalismo-de-multidao-senac-sao-paulo-2018-301p-isbn-978-85-396-2377-8-e-isbn-978-85-396-2378-5.html>

⁷L. Dowbor et al. – *Desenvolvimento local: Empoderar a Comunidade* – 2023 - <https://dowbor.org/2023/05/desenvolvimento-local-empoderar-a-comunidade.html> Ver também o curso com o mesmo nome no ICL, Instituto Conhecimento Liberta, 10 aulas, 2023. A organização do sistema colaborativo no bairro Casa Verde (São Paulo) está disponível em <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

A close-up portrait of Paul Singer, an elderly man with a grey mustache and a grey flat cap, looking slightly to the right with a gentle smile. The background is softly blurred, showing what appears to be an indoor setting with light coming from a window.

Prêmio

Paul Singer

de Boas Práticas Acadêmicas

*Inspiração e reconhecimento
caminham juntos*

Prêmio Paul Singer: conheça os projetos participantes

Agricultores, catadores e detentas formam os públicos-alvo dos projetos de economia solidária que disputam o II Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas



Por Manoel Castanho

O Conselho Federal de Economia, em parceria com o Instituto Paul Singer, promoveu em 2023 a segunda edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, uma iniciativa voltada a reconhecer trabalhos de economia solidária na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias.

Foram inscritos trabalhos de economia solidária em duas categorias, sendo elas Incubação e Assessoramento de projetos. Na primeira, que teve prêmio de R\$ 4 mil para o primeiro colocado, o vencedor foi o projeto de “Fortalecimento da autogestão no bairro do Vergel do Lago”, realizado pela Universidade federal de Alagoas. Na segunda, o projeto de assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários na Cadeia Pública

Feminina de Londrina, no Paraná, promovido pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina, obteve a primeira colocação e receberá o prêmio de R\$ 6 mil; já o projeto de educação financeira e empreendedora aos produtores familiares, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, receberá menção honrosa.

A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva é a coordenadora do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social e Economia Solidária dentro do Cofecon. Ela destaca que o Prêmio Paul Singer foi concebido para valorizar as oportunidades de negócio dentro desta filosofia, que tem crescido no Brasil. “Precisamos divulgar nas universidades e entre os economistas que é possível se desenvolver e se inserir no mercado de trabalho a partir de empreendimentos solidários”, comenta Teresinha.

Ela destaca que os projetos apresentados são de excelente qualidade, mostrando que realmente fazem a diferença na região

em que estão inseridos e causam impacto econômico positivo.

Conheça a seguir as histórias de empreendimentos solidários que, além de fazerem a diferença em seus locais, estão concorrendo nesta edição do Prêmio Paul Singer.

Fortalecimento da autogestão no bairro Vergel do Lago

Durante a pandemia de Covid-19, um processo de favelização ocorreu na região da orla lagunar de Maceió. Vários catadores de materiais recicláveis buscam seu sustento nas ruas do local, organizando o trabalho em dias específicos, guardando o material de forma conjunta e se juntando para organizar e coletar o lixo fora de um ponto de entrega voluntária. Eles perceberam que era mais difícil enfrentar as dificuldades econômicas e de vulnerabilidade individualmente e criaram a Associação.



Fortalecimento da autogestão no Bairro vergel do Lago: Coopmaris e Catamundaú
Foto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UFAL

A Incubadora de Tecnologia Social (ITS) da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) intermediou um contato com a Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (Coopvila), entidade que participa da coleta seletiva de lixo no município. Eles passaram a trabalhar em rede com a Associação, que ainda carece de maquinários, e realizaram capacitações sobre o trabalho e o processo de produção.

Várias instituições hoje se articulam para dar suporte à Associação. Além da Coopvila, há o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), o Instituto Ideal e a própria ITS. Além disso, o município cedeu um espaço no Ecoporto e o Ministério Público do Trabalho garantiu recursos para adquirir um caminhão, com o qual se faz a coleta seletiva atualmente, aumentando a produtividade.

A partir da organização do trabalho, da produção e da comercialização, a Associação se transformou em Cooperativa, o que lhe permitiu participar da seleção da prefeitura para a realização de coleta seletiva. São 24 cooperados, predominantemente mulheres, com faixa etária entre os 40 e 60 anos, a maioria com ensino fundamental incompleto.

Embora a associação tenha sido criada há pouco tempo, os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada pela ITS mostram um trabalho organizativo e institucional com evidências de sustentabilidade. Assim, a economia solidária

pode assinalar a construção de um novo espaço de transformação social.

(Re)Começar

O estado do Paraná tem cinco prisões femininas, sendo uma delas localizada no município de Londrina. Ali atua o projeto RE(Começar), promovido pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina. A unidade conta com uma escola que oferta aulas que vão de alfabetização ao ensino médio, pátios para banho de sol e visitas, oficinas de artesanato com voluntários e uma cozinha industrial inaugurada recentemente, além de ter dois empreendimentos econômicos solidários.

A maioria dos empreendimentos solidários em unidades prisionais funcionam com detentos do regime aberto ou semiaberto; neste caso, o projeto se diferencia dos demais porque atende 21 mulheres do regime fechado, a maioria com idade entre 20 e 45 anos. Além disso, diferentemente do que ocorre em cadeias masculinas, as instituições prisionais femininas têm um índice muito baixo de visitação: em Curitiba, estima-se que apenas 20% das detentas recebam visitas ou tenham algum contato com a família.

O projeto busca reduzir a reincidência criminal e combater a violência por meio da prática restaurativa. As atividades foram iniciadas em setembro de 2021 com um curso de crochê e de produção de bonecas, chaveiros e ursos. A partir



Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

de maio de 2022 a iniciativa passou a funcionar em caráter permanente, produzindo bolsas, bastidores, amigurumi (pequenos bichos de pelúcia feitos de tricô, crochê ou malha), tapetes e artigos para cozinha e banheiro.

A produção é realizada de forma coletiva dentro do espaço da unidade da Cadeia Pública Feminina de Londrina. O espaço utilizado é o pátio da unidade – mesmo local onde ocorrem os banhos de sol. O local é quente e não possui mesas para produção, inviabilizando as atividades em dias de chuva.

Os produtos são comercializados por meio de redes sociais geridas por uma equipe técnica que presta assessoria, bem como em feiras de economia solidária e eventos que acontecem no município, gerando em torno de R\$ 350 de renda mensal. Além disso, o índice de brigas dentro da unidade prisional diminuiu e houve uma melhora significativa no comportamento das detentas. Todas elas querem a oportunidade de passar pelo projeto. Elas também repassam seus conhecimentos a outras pessoas, fortalecendo uma rede solidária dentro da unidade e mostrando que é possível recomeçar.

Curso de educação financeira e empreendedorismo

Apesar do grande peso que a agricultura familiar tem na economia brasileira, de várias formas ela ainda está desassistida. Muitos dos agricultores não têm conhecimentos básicos que poderiam melhorar sua produtividade. Outro desafio é fazer com que eles entendam a sua produção como uma atividade econômica.

Muitas destas famílias são compostas por idosos, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e outros), grupos chefiados por mulheres, assentados e idosos. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) resolveu levar educação financeira aos agricultores, a fim de que estes pudessem melhorar suas finanças pessoais e suas atividades produtivas.

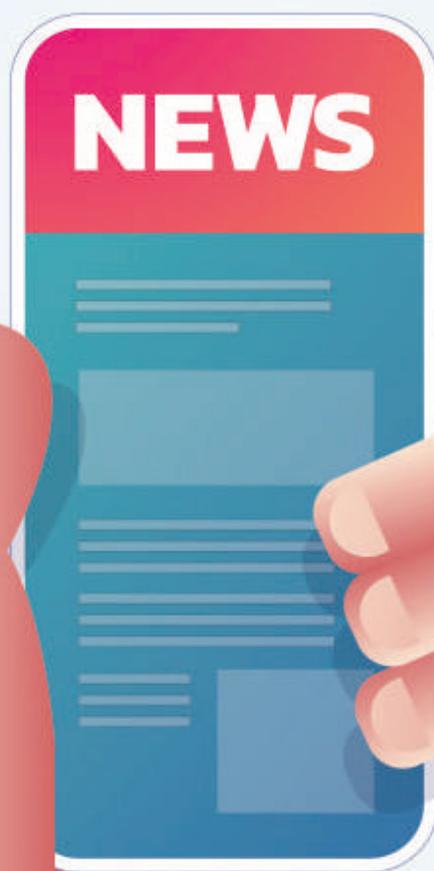
O público-alvo principal é composto por idosos que estão fora do mercado de trabalho, mas os participantes sempre são acompanhados de parentes ou amigos que também participam dos cursos. Além disso, um canal no YouTube atende ao público em geral com o mesmo conteúdo.

O curso de educação financeira e empreendedorismo será ministrado por módulos, sendo um sobre finanças pessoais e empresariais, um segundo sobre empreendedorismo e um terceiro com várias formas de atendimento a clientes, cada um com duração de 12 meses. Os conteúdos podem ser aplicados conforme a necessidade do projeto e as atividades são realizadas de forma remota, por meio do Whatsapp e do YouTube.

O curso tem um papel importante para ensinar técnicas, instrumentos e outros conteúdos aos produtores familiares. O projeto possui caráter de extensão, inserindo os estudantes numa demanda social e integrando a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul à sociedade.



Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Confira a nova edição da revista Economistas



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR ao lado!





**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br